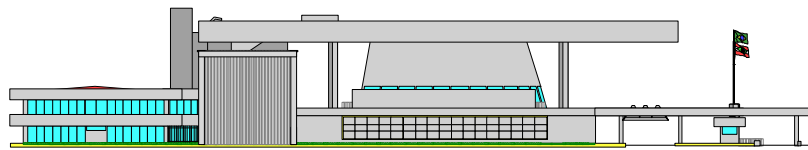


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 1999

NÚMERO 4.615

14ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel  
**PRESIDENTE**

Heitor Sché  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pedro Uczai  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Romildo Titon  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Paulo Bornhausen

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Herneus de Nadal

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Wilson Wan-Dall

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**  
Líder: Sandro Tarzan

## COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO DE LEIS**  
Onofre Santo Agostini – Presidente  
Reno Caramori – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Nilson Gonçalves  
Jorginho Mello  
Herneus de Nadal  
Rogério Mendonça  
Ivan Ranzolin  
Francisco de Assis Nunes

**FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**  
João Rosa – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Sandro Tarzan  
Wilson Wan-Dall  
Paulo Bornhausen  
Ronaldo Benedet  
Joares Ponticelli  
Valmir Comin  
Volnei Morastoni

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**  
Gelson Sorgato – Presidente  
Neodi Saretta – Vice-Presidente  
Jaime Mantelli  
Onofre Agostini  
Moacir Sopelsa  
Nelson Goetten de Lima  
Milton Sander

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO  
CONSUMIDOR**  
Ronaldo Benedet – Presidente  
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
João Rosa  
Narcizo Parisotto  
Odete do Nascimento  
Neodi Saretta

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO  
URBANO E RURAL E TURISMO**  
Ciro Rosa – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jaime Duarte  
Moacir Sopelsa  
Valmir Comin  
Francisco de Assis Nunes

**EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**  
Joares Ponticelli – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Paulo Bornhausen  
Cesar Souza  
Jaime Duarte  
Manoel Mota  
Milton Sander

**SAÚDE E MEIO AMBIENTE**  
Volnei Morastoni – Presidente  
Sandro Tarzan – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Ivo Konell  
Ronaldo Benedet  
Odete do Nascimento  
Joares Ponticelli

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE  
SERVIÇO PÚBLICO**  
Reno Caramori – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Rogério Mendonça  
Luiz Roberto Herbst  
Wilson Wan-Dall  
Nelson Goetten de Lima

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE  
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**  
Jaime Mantelli – Presidente  
Valmir Comin – Vice-Presidente  
Clésio Salvaro  
Narciso Parizotto  
Gelson Sorgato  
Altair Guidi  
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VIII - **NÚMERO 1009**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 022ª Sessão Ordinária  
realizada em 31/03/1999..... 2

**Atos da Mesa Diretora**

Resoluções DP..... 12  
Resoluções Administrativas.....  
..... 13

**Publicações Diversas**

Ata das Comissões  
Permanentes ..... 15  
Despacho ..... 18  
Extrato ..... 18  
Portarias ..... 19  
Requerimentos ..... 20  
Termo de Convênio..... 20

**PLENÁRIO****ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 31 DE MARÇO DE 1999****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL**

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO N°S:

036, indicando para apreciação e referendo o nome do ilustre catarinense Otávio Gilson dos Santos, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado;

037, encaminhando projeto de lei que concede incentivo para estimular a geração de emprego por empresas catarinenses.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- da Mesa Diretora, que dispõe sobre o Grupo de Apoio Parlamentar e dá outras providências.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, que autoriza o Poder Executivo a fazer uso de propaganda nos uniformes de alunos da rede pública estadual e dá outras providências.

OFÍCIOS N°S:

409/99, do Sr. Diretor de Serviços da Telesc, reportando-se ao Ofício DP/044/99, referente à Indicação nº 027/99;

0701/99, do Sr. Chefe do 16º DRF, referente à sinalização do trecho da BR-470, entre o trevo de Ibirama e a Serra de São Miguel.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, pas-

saremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Neodi Saretta, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero retornar a um assunto que tem sido muito debatido nos últimos dias, e nem poderia ser diferente, a respeito do nosso Banco do Estado de Santa Catarina.

Temos acompanhado com uma certa perplexidade a forma com que alguns setores, principalmente do Governo, têm levado este debate.

A nossa preocupação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é no sentido de que parece que só existe um caminho - o caminho da privatização, usando, é claro, algumas formas um pouco diferentes: há aqueles que defendem, Deputado Pedro Uczai, que se privatize logo; há aqueles que preferem não ficar com o peso, a pecha de privatizador do Besc e defendem que se federalize primeiro para privatizar depois.

Mas, Sr. Presidente, qual será o caminho, a defesa desses que estão andando no sentido da privatização?

O debate que nós queremos fazer é no sentido de salvar uma instituição quando

ela necessita, que não seja necessariamente o da privatização. Temos como exemplo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Quem sabe até esse banco tenha mais dificuldades que o nosso próprio Banco do Estado, mas lá se discute outras alternativas, Deputado Ronaldo Benedet.

É importante dizer que para as pequenas comunidades rurais privatizar o Besc significa muito, pois já foi dito aqui desta tribuna da possibilidade de não ter mais nesses pequenos Municípios uma agência do Besc. Ou alguém, em sã consciência, acha que o Banco Bozano, Simonsen ou outro qualquer vai abrir uma agência lá em Paial, Deputado Pedro Uczai?! Ou que abririam uma agência naqueles pequenos Municípios próximos de Chapecó, no Extremo Oeste, Deputado Narcizo Parisotto?

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em conjunto com a direção estadual do nosso Partido, tomamos a firme posição em defesa do Besc sob o controle acionário do Estado. E isso implicaria o combate inclusive à proposta da tal "tripartidação", porque isso significaria a perda do controle acionário do Banco do Estado de Santa Catarina.

As mobilizações que estarão sendo feitas nos próximos dias, a exemplo da mobilização dos besquianos no próximo dia 10, contarão com amplo apoio do nosso Partido e da nossa Bancada. Eu tenho certeza e espero que esta também seja a posição de outras Bancadas e de outros Parlamentares.

Mas no dia 13 do próximo mês, Sr. Presidente e Srs. Deputados, teremos uma ampla mobilização da Bancada do nosso Partido a respeito da questão do emprego, das alternativas de geração de emprego neste Estado e neste País. E decidimos incluir a questão da manutenção do Banco do Estado de Santa Catarina sob o controle acionário do Governo do Estado como um dos itens dessa pauta de mobilizações para o próximo dia 13.

Nesse sentido, entendemos que existe a necessidade de cada um dos Parlamentares desta Casa, de cada uma das Bancadas com assento nesta Casa tomar uma posição firme, aberta em relação ao processo de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina. Mais ainda: é necessário que esta Casa tenha amplo conhecimento das auditorias que estão sendo realizadas dentro do Banco.

Neste sentido, encaminhamos também um pedido de informação para que nos sejam remetidos os estudos, as análises que estão sendo feitas pelas comissões que estudam este assunto do Banco do Estado, até porque as informações que estão sendo publicadas estão desencontradas. Informações essas que mostram manipulação de dados, informações que levaram inclusive às afirmações de que o patrimônio líquido do Banco estaria negativo, quando agora o próprio Governo vem admitir que esses dados não estavam corretos.

Trata-se, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de termos o real conhecimento da situação do nosso Banco para juntos buscarmos as alternativas necessárias para que ele permaneça sob o controle acionário do Estado.

O documento divulgado pelo sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários de Florianópolis e região destaca alguns dos pontos dizendo por que o Sistema Financeiro Besc é importante.

Nós gostaríamos de transcrever aqui alguns desses itens por julgarmos

fundamentais.

(Passa a ler)

"É o único banco estadual no País que está presente em todos os Municípios de seu Estado. Tem agência ou posto de atendimento nos 293 Municípios catarinenses.

Em 148 Municípios é pioneiro, ou seja, é o único banco a prestar serviços à comunidade.

Detém 42% das operações bancárias realizadas em Santa Catarina, considerando todos os bancos presentes no Estado.

Emprega 5.074 catarinenses.

Financia pequenos e médios produtores rurais."

E aqui, Deputado Moacir Sopelsa, eu quero ver a posição de determinadas Bancadas e de Deputados que dizem ser defensores da agricultura, defenderem a privatização do Banco do Estado de Santa Catarina!

Eu quero ver qual será a agência bancária que vai atender o agricultor nos pequenos Municípios, Deputado Pedro Uczai!

(Continua lendo)

"Financia micro e pequenos empresários."

Parece uma contradição! Está entrando um projeto que, supostamente, vai beneficiar a geração de empregos e, por outro lado, trabalha-se na demissão de bancários, na privatização de uma instituição que tem financiado aos micro e pequenos empresários que são, talvez, os maiores geradores de empregos deste Estado.

Outro motivo importante a ser destacado em relação ao Sistema Financeiro Besc.

"Suas operações de crédito estão diluídas principalmente junto a pequenos tomadores."

Esta é uma outra realidade!

"Desde 1989 vem apresentando lucros, inclusive rendendo dividendos ao acionista majoritário - Governo do Estado."

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para concluir essa nossa intervenção, julgamos fundamental uma ampla cruzada no Estado de Santa Catarina em defesa do Sistema Financeiro Besc e em defesa da manutenção do controle acionário por parte do Estado.

Se assim o fizermos, estaremos defendendo o patrimônio dos catarinenses, principalmente a sociedade catarinense como um todo, que é a que mais será prejudicada caso haja essa privatização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo esta tribuna na condição não só de Deputado mas como professor e historiador, para trazer neste dia, 31 de março, a memória do passado, preocupado com o presente e com o futuro, que foi o golpe militar há 35 anos.

Trazer esse passado, essa memória do passado só tem razão se subsidiar o debate e a compreensão do nosso presente e do futuro que queremos construir. Não tem razão nenhuma trazer o passado se ele não possibilita nessa discussão algumas reflexões sobre o presente.

Ditadura militar de 35 anos atrás que começou neste País; ditadura que destruiu valores; ditadura que destruiu a democracia; ditadura que destruiu vidas, milhares de vidas com tortura, repressão e morte e ditadura que também ceifou milhões de pessoas de fome,

fruto do modelo econômico produzido a partir da ditadura militar.

Ditadura que deixou mortos, que deixou sacrificados, mas que ao mesmo tempo e contraditoriamente deixou impunes os torturadores; deixou impune o regime militar diante da história e deixou, ainda, os que foram torturados a serem indenizados. Muitos não conseguiram esperar porque já morreram. Vários catarinenses torturados morreram antes de ver redimida da história não só a indenização financeira como a condição de cidadãos que lutaram pela democracia, lutaram por uma sociedade mais solidária, mais justa e mais igual.

Essa é a redenção que os torturados queriam, querem e exigem, mas em Santa Catarina alguns morreram antes de recebê-la.

Perdemos há poucos dias Roberto Motta, que tanto participou e que sofreu seqüelas da ditadura militar; perdemos Eloy Galotti, aqui da Assembléia, há poucas semanas, que também foi vítima da ditadura militar; perdemos Adolfo Dias, meses atrás, que participou da novembro, que foi também vitimado com a morte antecipada, pois poderia ter vivido muito mais, fruto das seqüelas também da ditadura militar; perdemos Paulo Stuart. Wright, Deputado Estadual desta Casa, nome do nosso Plenarinho, cujo corpo ainda não foi encontrado.

Poderíamos também aqui pegar o livro Brasil Nunca Mais e falar dos 297 torturados que testemunharam a sua própria tortura e tornaram público os 144 desaparecidos e tantos outros.

Esta memória precisa vir à tona porque muitos filhos da ditadura continuam defendendo o autoritarismo, continuam construindo o autoritarismo neste País. Mesmo num Governo civil, continuam acontecendo práticas autoritárias no interior do Estado e no interior da sociedade. É por esse autoritarismo que nós temos que denunciar hoje o Golpe de 64. É pelo aumento do autoritarismo hoje, não só com medidas provisórias, não só com uma tentativa de desqualificar outros espaços de Poder tipo o Judiciário. Quem é Antônio Carlos Magalhães, para tentar destruir ou deslegitimar o Poder Judiciário? De onde ele vem se não da ditadura militar?! De onde vêm os defensores que hoje são do PPB, do PPR, do PDS, da Arena?! Por que mudaram de sigla? Para esquecer o passado e para dizer que partido progressista se alimenta dos cadáveres da ditadura militar, ou seja, da ditadura do passado e do autoritarismo do presente.

Trazer a memória do PPB, do PPR, do PDS e da Arena é trazer para o presente o autoritarismo, as injustiças, a opressão e a dominação que ainda sofre a sociedade hoje; porque a visão e a concepção funcionalista, subjacente à ditadura militar, perpassam hoje várias concepções filosóficas na prática do trabalho e dos processos produtivos; porque a qualidade total é uma das diretrizes que é tão total que é totalitária; porque a visão funcionalista não admite o diferente, não admite o outro, não admite a oposição. Ela mata, ela expurga, como os militares fizeram, e hoje a forma de expurgar é demitir, é mandar embora o diferente, a oposição, o outro, como nas medidas provisórias, como no autoritarismo do Governo, como no autoritarismo da sociedade que amplia esses valores autoritários.

Então, a denúncia que nós fizemos de 35 anos atrás do início do golpe militar no Brasil, não é para trazer uma memória e um estudo do passado, é para denunciar o presente, é para denunciar o autoritarismo que

umenta no presente, é para denunciar que o passado se faz em práticas presentes.

Não adianta esconder, ocultar sob novas siglas a mesma prática autoritária; não adianta ocultar sob o progressismo o que é o passado que se alimenta em práticas ditatoriais, em práticas autoritárias, em práticas que produzem mais desigualdades sociais, mais injustiça social neste País.

Portanto, quando Hayek escreveu o Caminho da Servidão, em 1944, ele dizia que a democracia e a igualdade social produzem servidão. E ele não é pai da ditadura, ele é um dos pais do neoliberalismo, que avançou na América Latina no final da década de 80 e 90 e foi implantando e fortalecendo cada vez mais políticas e práticas autoritárias.

A reeleição dos Presidentes da América Latina nada mais é do que uma prática autoritária buscando desconsiderar processos democráticos e tantas outras práticas que estão se construindo nesta América Latina.

O neoliberalismo também não convive com democracia, e por isso que denunciar hoje o Golpe de 1964 é impedir que, de cinco em cinco anos, tenha um novo golpe militar na América Latina, um novo golpe militar no Brasil, mas mais do que isso, que novos golpes cotidianos produzidos pelo Executivo, produzidos por práticas na sociedade sejam denunciados e condenados.

O princípio da democracia com igualdade social deve ser o princípio norteador da prática política de Parlamentares, da prática política do Parlamento, não só da defesa deste Poder, mas fazer deste Poder o espaço da democratização da sociedade, o espaço do fortalecimento da sociedade civil, o espaço do fortalecimento das instituições democráticas.

Faz 35 anos que ocorreu o Golpe da ditadura militar e estão sendo ainda golpeadas muitas vítimas neste País por uma ditadura econômica, por uma ditadura branca e civil deste Governo Federal que vitima milhões de pessoas; que tira o direito da cidadania; que tira o direito democrático de escolher o emprego, porque não tem emprego para escolher neste momento; que tira o direito democrático de ter escola pública, porque muitos não têm nem acesso à escola; que tira o direito democrático de ser atendido na sua doença, porque este Estado, nessa modernidade que diz que é irreversível - essa palavra mais esconde do que revela -, não tem outros caminhos, como dizia o Deputado Neodi Saretta.

Mas tem outros caminhos! A democracia é um caminho, e o neoliberalismo destrói a democracia, destrói os mecanismos democráticos dos sindicatos, das organizações populares! Por isso que em outra oportunidade quero trazer aqui o Banco da Terra, para mostrar como essa panacéia está tentando destruir a democracia do campo, as instituições do campo. Autoritariamente, em nome de uma lei, está tentando, subsidiado por uma lógica mundial, com recurso mundial, destruir os espaços sociais, as instituições sociais do campo, como também outros modelos, outras práticas que estão se construindo neste momento.

Faz 35 anos que ocorreu a ditadura militar, e nós, Deputados Estaduais, temos que fazer desse espaço um espaço não só para democratizar aqui dentro como para democratizar a sociedade e impedir todos os instrumentos autoritários, porque os filhos da ditadura continuam sentados em muitas das nossas cadeiras, mesmo com outras siglas, mesmo com outros nomes; continuam defendendo a ditadura...

(Discurso interrompido por término

do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero, neste horário das Breves Comunicações, trazer algumas informações a respeito das atividades da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, especialmente da reunião realizada no dia de hoje com o Presidente do Ipsc.

Quero aproveitar antes a oportunidade para informar aos Srs. Deputados e convidá-los a participarem no dia 7 de abril, quarta-feira da próxima semana, Dia Mundial da Saúde, de uma reunião especial, quando serão convidados vários representantes de organizações não governamentais, tendo como tema o seguinte: Mantenha-se ativo para envelhecer melhor. E para envelhecermos melhor é preciso discutir a saúde em todas as etapas da vida e, a partir daí, discutir a saúde nos Municípios de Santa Catarina e no Brasil.

Aproveitamos também para convidar os Srs. Deputados para, no dia 14 de abril, na quarta-feira seguinte, uma outra reunião com representantes do Ministério Público Federal, Estadual, Casan, Fatma, Petrobrás e diversas Prefeituras, para discutir a respeito do gasoduto Brasil-Bolívia, que está rasgando o nosso Estado e está causando muitos problemas de meio ambiente, no abastecimento de água e na infra-estrutura das estradas, gerando muita insegurança à população desses Municípios.

Portanto, oportunamente estaremos realizando uma audiência para tratarmos desta questão.

Mas no dia de hoje nós tivemos uma reunião com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, ampliada com um grupo de trabalho que nós reconstituímos na última quarta-feira, dando encaminhamento a uma idéia da Legislatura passada, com as entidades prestadoras de serviço ao Ipsc, que são os hospitais, as entidades médicas, as entidades que representam os pensionistas e os servidores públicos estaduais.

No dia de hoje o debate com o Presidente do Ipsc foi no sentido de termos um quadro da real situação do Instituto no Estado de Santa Catarina. Hoje, 90% dos médicos, dos laboratórios, das clínicas e dos hospitais credenciados pelo Ipsc não estão atendendo, deixando na mão 500 mil cidadãos do nosso Estado, isto é, 10% da nossa população, uma parcela significativa que depende diretamente do Ipsc e agora fica remetida aos serviços exclusivamente do Sistema Único de Saúde, que nós sabemos que passa por grandes dificuldades.

O objetivo da reunião seria um acordo com o Presidente do Ipsc, com os prestadores de serviços e as entidades dos servidores, a fim de estabelecermos a normalidade deste atendimento que é fundamental.

Mas ficamos muito preocupados com as informações que o Presidente nos relatou. Em primeiro lugar, o Ipsc está devendo aos prestadores de serviço desde maio do ano passado. De maio até 31 de dezembro o Governo do Estado deve em torno de 33 milhões de reais aos médicos, às clínicas, aos laboratórios e aos hospitais.

E o Governo atual, o Governo Amin, ao assumir, reconhece a dívida, mas não estabelece nenhum compromisso de cronograma de pagamento. Alega que esta dívida será

paga quando o Governo tiver finanças suficientes para tanto. Assim sendo, não propõe nenhuma perspectiva de pagamento. Então, agrava-se a situação, porque mantendo essa inadimplência, mantém-se essa paralisação de serviço.

Por outro lado, o Governo do Estado, em duas reuniões realizadas com os prestadores de serviço nos meses de janeiro e fevereiro, estabeleceu um cronograma para o pagamento dos serviços prestados a partir de janeiro. Portanto, os serviços prestados em janeiro, que as entidades prestadoras apresentaram ao Ipsc em fevereiro, o Governo pagou no dia 15 de março; os serviços prestados em fevereiro, que deverão ser apresentados em março ao Ipsc, o Governo vai pagar até o dia 15 de abril; os serviços prestados em março, que deverão ser apresentados em abril, o Governo vai pagar até o dia 15 de maio, e assim sucessivamente.

Só que para pagar os meses de janeiro e fevereiro ainda o Governo tem apresentado condições. Na verdade, o Ipsc tem pago a partir de recursos próprios que dispõe. Mas a partir do mês de maio, que seria o pagamento dos serviços prestados em março, provavelmente este cronograma não terá condições de ser cumprido, a menos que o Governo do Estado efetivamente passe a cumprir o que deve da sua cota patronal com o Instituto.

Todos sabemos que a dívida do Poder Executivo com o Ipsc está acumulada desde o início da década de 80 e supera os 700 milhões de reais. Exatamente em grande parte, porque o Governo não tem cumprido com a sua parte, que é a cota patronal que representaria 50% daquilo que é descontado dos servidores públicos estaduais, num percentual de 8 a 12%. E a metade disso, em torno de 4 a 6%, o Poder Executivo deveria repassar para o Ipsc, o que não faz.

Isto está se agravando cada vez mais porque no ano passado o Governo não cumpriu com os repasses aos Poderes, com os respectivos valores dos duodécimos. Hoje, os Poderes do Estado - Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas - devem ao Ipsc, relativo ao ano passado, um acúmulo de R\$ 65.000.000,00. Isso, porque o Governo repassava apenas a folha líquida aos Poderes. E ainda há uma denúncia de que parte dos valores descontados dos servidores - valores em consignação que deveriam ser automaticamente repassados - também não foi repassada ao Ipsc.

Há mais um agravante em função da Lei Constitucional nº 20, que estabelece a reforma da Previdência desde dezembro, onde muitas Prefeituras e Câmaras de Vereadores conveniadas com o Ipsc estão denunciando esses convênios, uma vez que vão ter que passar por uma reavaliação e assumir outros compromissos com a questão da Previdência pública.

E a denúncia está se reportando também ao não-repasse das Prefeituras conveniadas, pois de 160 Prefeituras conveniadas com o Ipsc, em torno de 114 estão inadimplentes. Mas houve um programa de parcelamento desses débitos e sempre havia algum fluxo de caixa em função desse parcelamento que as Prefeituras e Câmaras de Vereadores vinham cumprindo junto ao Instituto. Mas agora esse repasse está diminuindo.

Portanto, nós estamos vislumbrando um agravamento desta situação, principalmente a partir do mês de maio.

Concretamente, o que podemos

encaminhar numa reunião como a do dia de hoje? Podemos encaminhar que, através da nossa Comissão, nos associemos às entidades prestadoras de serviços - Federação dos Hospitais de Santa Catarina, Associação de Clínicas, Associação Catarinense de Medicina, Sindicato dos Médicos, entidades dos servidores - para tratarmos diretamente com o Sr. Governador sobre a necessidade de um cronograma para pagamento dos atrasados e também um cronograma que possa manter o pagamento dos serviços prestados a partir de janeiro.

Na verdade, em janeiro, quando o Governo Amin assumiu, ele ficou devendo duas cotas dessa dívida de 1998, porque os serviços prestados em novembro, entregues ao Ipsc em dezembro, deveriam ser pagos em janeiro, portanto, já no Governo Amin. E os serviços prestados em dezembro, entregues ao Ipsc em janeiro, têm o seu pagamento previsto para fevereiro, e nem em janeiro e em fevereiro o Governo efetuou qualquer pagamento...

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PFL, por até 14 minutos.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra pelo PFL, passaremos ao horário destinado ao PT. Com a palavra o Sr. Deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero falar hoje sobre um dos temas que mais está polarizando os debates na imprensa mundial e também nacional, que é o relativo aos produtos transgênicos.

Tão logo assumi a Presidência da Assembléia no ano passado, fui sondado pelo Presidente da Contag, Sr. Siderlei de Oliveira, da possibilidade de realizarmos nesta Casa um seminário para debater os produtos transgênicos. Isto no início do mês de março do ano que passou.

Tive oportunidade de trazer esta discussão e a Assembléia Legislativa, com a participação efetiva das Comissões de Saúde e de Agricultura, juntamente com a Fetrial, com a Universidade Federal de Santa Catarina, com o Cepagro, com a Contag, a Epagri, o Gipas, o Ministério da Agricultura e outras entidades, realizamos em 25 e 26 de junho do ano passado o seminário denominado Produtos Transgênicos.

Desde essa ocasião, começou-se a alertar o consumidor para os graves riscos que esses produtos podem acarretar. Continuamos após este seminário com uma série de debates, de encontros e culminamos agora, na última segunda-feira, dando entrada a um projeto de lei que dispõe sobre as pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas de biotecnologia e engenharia genética.

A nossa preocupação fundamental com este projeto é trazer no âmbito do Poder Legislativo este debate que tem preocupado amplos setores da sociedade mundial.

Pesquisas recentemente desenvolvidas mostram que os produtos modificados geneticamente podem trazer seriíssimas consequências a quem os consome. Cito como

exemplo uma pesquisa recentemente realizada na Escócia, onde ratos foram alimentados com batatas transgênicas, e nos quatro casos catalogados causaram problemas aos órgãos vitais desses animais. Os transgênicos causaram atrofia parcial do fígado e redução dos glóbulos brancos, essenciais ao sistema imunológico.

No Japão, em 1989, também aconteceu algo extremamente lamentável em função da produção do suprimento alimentar. Na ocasião, cinco mil pessoas adoeceram, 1.500 tomaram-se permanentemente inválidas e 37 vieram a falecer.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os países da Europa, os quais os defensores dos transgênicos insistem em dizer que são os mais abertos a esses produtos, estão todos, sem exceção, revendo suas posições.

Na Áustria e em Luxemburgo, a produção e a comercialização dos produtos transgênicos foram banidas. A Noruega proibiu o cultivo de plantas contendo genes de resistência a antibiótico. A França declarou moratória à produção para os próximos dois anos. A Grécia e a Inglaterra, para citar apenas esses, também estudam medidas semelhantes.

Na semana retrasada, a rede de supermercados Sainsbury's, da Inglaterra, estabeleceu um consórcio internacional de varejistas de alimentos e de representantes das indústrias para conseguir fornecedores e lavouras que garantam não usar produtos transgênicos. A rede Carrefour, da França, tem visitado cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul em busca de produtos que não tenham origem transgênica.

Santa Catarina é o maior produtor de carne suína do Brasil e o segundo maior produtor de carne de aves, e eu pergunto como ficará em relação à exportação caso venha a alimentar esses animais com ração advinda do farelo de soja modificado geneticamente, ou seja, transgênico. Como reagirão os importadores, uma vez que as pesquisas indicam que mais de 80% dos consumidores europeus não querem consumir produtos transgênicos?

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Em seguida, Deputado Volnei Morastoni, terei o prazer de lhe conceder um aparte.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos trazer esse debate para Santa Catarina. Apresentamos um projeto que não proíbe pesquisas; alguns até defendem que deveriam ser proibidas, mas colocamos que as pesquisas que forem realizadas devem ser notificadas à Secretária Estadual da Agricultura, para que ela as acompanhe. Essa notificação deverá vir acompanhada de documentos, exigidos inclusive pelas próprias instruções normativas da Comissão Técnica de Biossegurança - CTNBio. E colocamos um artigo que sei que vai gerar muita polêmica, pois que proíbe os produtos transgênicos no Estado de Santa Catarina.

Nós queremos, Deputado Volnei Morastoni, que aqueles que defendem o contrário participem desse debate. Não temos a pretensão de que este seja um projeto acabado, pronto, para Santa Catarina; alguns até reivindicam que em vez da proibição, fosse estabelecida uma determinação de uso de rótulo nos produtos transgênicos. No momento não me parece ser esta a alternativa, mas talvez seja. Por isso, queremos fomentar um amplo debate sobre esse assunto, e esse projeto é oportuno.

Mas ouço V.Exa., Deputado Volnei Morastoni, que no ano passado, na condição de Presidente da Comissão de Saúde da

Assembléia, participou ativamente do seminário sobre produtos transgênicos, organizado por esta Casa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Neodi Saretta, quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer esse projeto de lei, propiciando a nós todos um amplo debate, juntamente com a sociedade, sobre esse ponto.

Já no ano passado, como Presidente desta Casa, V.Exa. não mediu esforços para a realização do seminário sobre produtos transgênicos, através das Comissões de Saúde e de Agricultura, o qual trouxe uma grande representatividade de estudiosos sobre essa matéria em nível nacional.

Esse assunto é de maior importância, e espero que antes de se discutir aspectos de legalidade e de constitucionalidade - e a princípio não há nada em contrário -, possa-se efetivamente discutir o mérito através das Comissões Técnicas competentes.

Da nossa parte, por coincidência, já havíamos colocado na programação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente um debate sobre esse tema no decorrer deste ano. Portanto, o projeto a que V.Exa. deu entrada nesta Casa materializa essa intenção. E acho muito importante colocar a questão da saúde humana, da dignidade do ser humano, dos direitos do consumidor, porque sabemos que não há limites para a engenharia genética. Cruzam genes de escorpião com milho, e no cruzamento de genes de vaga-lumes com pés de café, nascem pés de café emitindo luzes como se fossem árvores de Natal!

Então, imaginem o que pode ser feito em termos de engenharia genética e o que isso pode afetar a saúde humana, a saúde animal. Por isso, é mais do que oportuno este seu projeto, e nós temos que nos debruçar sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Agradeço o seu aparte, Deputado.

E vou encerrar o meu pronunciamento lendo a justificativa desse projeto que apresentei.

(Passa a ler)

"Pela relevância do assunto que ora propomos, conclamamos as Sras. e os Srs. Deputados para a aprovação do presente projeto, estando o mesmo aberto para ser melhorado através de emendas decorrentes de outros conhecimentos."

Essa é a nossa intenção e o nosso desejo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado João Rosa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, os brasileiros e, por consequência, os catarinenses atravessam momentos difíceis, e nós, Parlamentares, temos o compromisso de ajudá-los a ter, no mínimo, expectativa de melhores dias. E é com esse espírito que eu estou na Assembléia Legislativa, tentando ajudar Santa Catarina e o povo catarinense.

Estive recentemente nesta tribuna fazendo um desabafo. Não me fez bem aquilo. Gostaria de vir à tribuna para falar sempre de coisas boas, oferecer idéias, propostas e indicar caminhos e soluções para esses problemas que Santa Catarina e o povo catarinense enfrentam atualmente e, com certeza, enfrentarão

num futuro próximo, com a possibilidade de se estender por alguns anos essa crise que afeta todos nós.

Mas assomo hoje à tribuna para mostrar a V.Exas. quão vil têm sido algumas pessoas, que atacam outras de forma infantil, de forma irresponsável, fazendo ameaças, tentando com isso assustar e denegrir a imagem de pessoas de bem, que estão aqui para somar e contribuir, e não para dividir, não para transformar esta Casa num foro de debates individuais, através dos quais os interesses de uns se colocam acima dos interesses da coletividade.

Cerca de três anos atrás, fui notificado pela Fazenda. Os fiscais da Fazenda estadual foram na Capitania dos Portos e lá fizeram um levantamento de todos os proprietários de lanchas, de barcos devidamente registrados, e por alguma razão, disseram que esses proprietários teriam que pagar o IPVA do motor dessas embarcações.

Eu achei injusta a notificação e entrei com recurso na Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Joinville. E ontem recebi, apócrifamente, uma correspondência, coincidentemente num envelope idêntico ao que eu tenho no meu gabinete, com selo idêntico também, sem remetente, sendo que dentro estava a cópia do processo que corre na Justiça de Joinville, em que eu me defendo dizendo que não devo nada ao Estado - e não chegou a ser julgado o processo ainda -, com a seguinte ameaça:

(Passa a ler)

"Quem diria, hein!

Sendo processado pelo Estado!

Você é a única pessoa que está recebendo este documento.

A ficha funcional também fala muito.

Ninguém lhe fez mal.

Não se deixe emprenhar pelos seus assessores.

Você e seus assessores é que começaram a atirar.

Então, também muito cuidado.

Não ataque. Não queime. Não fale mal.

Não vete seus companheiros.

Procure conversar para acertar o rumo.

Todo cuidado é pouco."

Essa é a ameaça que eu recebi, apócrifamente, em meu gabinete. Coisa de moleque safado! Coisa infantil, de quem não tem o que fazer. Coisa de mau caráter, que se esconde no anonimato para fazer este tipo de ameaça.

Eu gostaria muito que a pessoa que encaminhou essa correspondência para o meu gabinete tivesse assinado. Que, no mínimo, tivesse tido o caráter, a coragem e a responsabilidade de assinar essa ameaça.

Ameaça não me mete medo! Muito pelo contrário, faz-me ser cada vez mais responsável, mais aguerrido na defesa das minhas convicções.

Eu agradeço até ao infeliz que fez esse tipo de ação, porque me ajuda muito a ser forte e a resistir.

Desculpem-me mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por ocupar este espaço tão nobre para fazer esse tipo de desabafo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos doze minutos são destinados ao PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos doze minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, aproveitando o espaço destinado ao meu Partido, o PMDB, gostaria inicialmente de fazer uma saudação toda especial ao Prefeito Melvi Weber, de Petrolândia, Município vizinho de Ituporanga, minha terra, que está acompanhado do seu Secretário de Administração e ex-Prefeito de Petrolândia, meu amigo Edir Rogério Neto, com os quais participei de audiências em diversos órgãos do Governo do Estado, e com muita satisfação, porque com o Município de Petrolândia tenho grandes compromissos, pois lá obtive uma expressiva votação, chegando a ser a minha segunda maior votação.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no meu pronunciamento de hoje farei uma referência ao aniversário da Revolução, dia 31 de março.

(Passa a ler)

"Amanhã, 1º de abril, o golpe militar, que violou a ordem democrática no País, completará 35 anos.

A aliança das elites reacionárias com os interesses norte-americanos, que usou o Exército brasileiro para impedir o avanço de conquistas sociais, desde o primeiro momento lançou mão da mentira na tentativa de domínio e tutela do povo brasileiro.

O que era uma reação às reformas de base que se discutiam no Brasil, à permanência do atraso, chamaram de Revolução. E a data do golpe - no Dia da Mentira de 1964 - passou a ser 31 de março.

Durante mais de duas décadas, gerais se revezaram no poder sob a farsa das eleições indiretas. Perseguiram, cassaram mandatos populares, suprimiram liberdades democráticas, violaram a ordem jurídica, nomearam apaniguados - Prefeitos de capitais, Governadores e até Senadores -, extinguíram partidos políticos, prenderam, torturaram, assassinaram, baniram, censuraram, aprofundaram injustiças sociais. Imperou o arbítrio. Até hoje não se sabe onde foi enterrado o corpo do Deputado Rubens Paiva, mutilado pela crueldade da tortura.

Dois anos após o golpe, a ditadura impôs o bipartidarismo: um partido, a Arena, para abrigar os políticos que a apoiavam; o outro, o MDB, para apresentar a existência de oposição.

Srs. Deputados, convidei para assistir esta sessão o cidadão Deorli Beza, nascido no Município de Ituporanga, que, juntamente com outras pessoas, foi preso, porque fizeram parte do chamado Grupo dos 11. Inclusive, tenho aqui comigo uma página do jornal A Gazeta do Povo, de Curitiba, datado de 15 de março de 1967, na qual consta que treze pessoas do Município de Ituporanga foram julgadas como subversivas, uns pacatos cidadãos daquela cidade, que nada mais faziam do que conversar e discutir um projeto de um novo sistema político para o Brasil.

Tendo sido considerados subversivos, criminosos e bandidos, foram presos em Curitiba, ficando dias isolados da família, isolados do resto do mundo, sofrendo

irretratáveis agressões. Portanto, também poderiam estar aqui conosco nesta tarde de 31 de março de 1999 as pessoas que estavam também com Deorli Beza, quais sejam: Luiz Gregório Martins, Alexandre José Fernandes (o Xande, que inclusive foi Vereador no Município de Ituporanga, pai do ex-Deputado Neuzildo Fernandes), Bertoldo Celários, José Alvaro Laurindo, João Alvaro Laurindo, Olegário Xavier, Walmir Steinbach, Sebastião Steinbach, Elisier Manoel dos Santos, José Luiz Sobierasski, Mário do Nascimento e José Resenq, todos presos e incommunicáveis por mais de mês na cidade de Curitiba.

Ontem, nesta Casa, prestamos uma homenagem ao ex-Deputado Roberto Motta, também vítima da repressão nos porões da ditadura. Sob o pretexto de "crime de opinião", sofreu torturas físicas que lhe deixaram seqüelas, quem sabe até responsáveis pela morte precoce e repentina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, falo de um retrocesso na história do nosso País para lembrar a todos que, apesar das crises que possamos viver, não existe preço para as liberdades democráticas, reconquistadas a tão duras penas por tantos heróis, entre eles Deorli Beza e os que com ele foram presos.

Também não poderia deixar de lembrar o motivo que me fez militante deste Partido, o PMDB, pois foi em suas trincheiras que os democratas brasileiros lutaram e uniram a Nação no resgate das liberdades públicas, no resgate da ordem jurídica e do Estado democrático.

Contrariando a vontade dos golpistas, em pouco tempo o MDB, que abrigou democratas notáveis como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Pedro Simon, Talhes Ramalho e tantos outros pelo País afora, transformou-se em estuário dos anseios dos brasileiros conscientes e passou a exercer oposição de fato.

A cada eleição, o MDB aumentava sua bancada de Vereadores, Deputados, Senadores e elegia mais Prefeitos onde eleições eram permitidas.

Para manter sua maioria de apoio, os golpistas tiveram que desencadear ondas de cassações, fechar o Congresso por diversas vezes. Inventavam excrescências políticas, como a Lei Falcão, Senadores biônicos e aumento do número de Deputados nos Estados mais atrasados do País, onde os coronéis com seus currais eleitorais asseguravam maioria para a Arena.

Para ser do MDB não bastava ser democrata, era preciso ter coragem para lutar pela democracia e correr o risco de, sob a pcha de comunista ou subversivo, ser cassado, preso e lançado aos porões da tortura, de onde saíam mutilados, mortos e enterrados em cemitérios clandestinos.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, daqui desta Assembléia saiu um catarinense que passou por esta rota de martírio: o ex-Deputado Paulo Stuart. Wright.

Permaneço no PMDB, porque o PMDB continua sendo uma trincheira dos que lutam por justiça, porque entendo que este Partido ainda exercerá relevante papel na conquista de uma nova ordem econômica e social mais justa e igualitária para todos os brasileiros. Como dizia Jefferson, "o preço da liberdade é a eterna vigilância."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, Srs. Deputados, 3 de março é para o nosso Partido uma data de luto nacional, porque nesse dia a noite se cobriu de terror, de tortura, através de uma ditadura no Brasil, na vida política deste País.

Nós, do então MDB, passamos a lutar pela defesa da democracia e pelo estado de direito. Graças à força do povo brasileiro, acabamos por conquistar uma democracia que serve também para os filhos da ditadura, como aconteceu recentemente no Brasil e vem acontecendo.

É incrível, mas a própria democracia que conquistamos serve também para aqueles que se protegeram debaixo das asas da ditadura militar, que não permitia o debate democrático, o debate no campo das idéias.

Por isso que nós, do PMDB, originários do MDB, não poderíamos deixar de referir esta data como uma data de luto para a história do Brasil e para a história de Santa Catarina, pois que, infelizmente, somos obrigados a rememorar a passagem desta Assembléia Legislativa quando da cassação do nosso Deputado Paulo Stuart. Wright.

Temos que lembrar esses momentos para que, como foi dito aqui, a história jamais se repita, porque democracia é como o ar que se respira, somente se sente falta quando não mais se tem.

E que fique registrado: que nunca mais volte a este Estado, a esta Nação qualquer espécie de ditadura!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, faremos o rateio do tempo, cabendo seis minutos a cada Partido.

Os primeiros seis minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que pela primeira vez faço uso da tribuna como representante do Partido Popular Socialista, e gostaria de me referir a um assunto que considero fundamental e que está na ordem do dia no Senado Federal e também na Câmara Federal: a discussão sobre o papel do Poder Judiciário.

A contribuição que o Congresso está dando à rediscussão do papel do Poder Judiciário é importante; agora, o que me preocupa mesmo, já que hoje estamos discutindo a questão democrática, o estado de direito, a reconstrução ou a reimplantação da democracia neste País, é a questão da interferência, na minha opinião clara, do Poder Legislativo, especialmente do Senado Federal, nas coisas do Poder Judiciário.

Entendo que o Poder Legislativo tem o papel de contribuir com idéias, com reformas, mas nunca criando uma CPI, como a que foi aprovada pelo Senado Federal, para investigar o Poder Judiciário. Isso, na minha opinião, poderá possibilitar uma confrontação entre os Poderes e uma afronta à própria Constituição Federal, que prevê a harmonia, a autonomia entre os três Poderes - Legislativo, Judiciário e Executivo.

Entendo como bastante pertinente o papel que está cumprindo agora a Câmara Federal, criando uma comissão para avaliar o Poder Judiciário. Isso, sim, na minha opinião, dentro de uma visão reformista, de uma visão moderna, de uma visão atual, é fazer com que o Poder Judiciário seja efetivamente um estuário das demandas sociais, das demandas

da sociedade, no sentido de que ele seja efetivamente acessível, pois, cá entre nós, sabemos que existem as suas mazelas.

Aqui, no Estado, constatamos a construção de prédios enormes como sede dos fóruns, enquanto que a maioria da população sequer acesso à Justiça tem. E um dado estarecedor hoje em nosso Estado é que 80% das ações propostas no Judiciário são pela via da assistência judiciária, porque os demandantes sequer condição têm de arcar com as custas de honorários advocatícios.

Portanto, Srs. Deputados, trago aqui a preocupação do PPS em nível nacional e também das forças democráticas e de esquerda quanto à forma com que está sendo encaminhada essa CPI do Poder Judiciário. E o próprio PMDB impôs como condição para a implantação dessa CPI do Judiciário a CPI do sistema financeiro.

Na minha avaliação, são coisas distintas. Não se pode confundir as coisas. Entendo que a melhor forma de nós garantirmos o estado de direito, o estado democrático é fortalecendo os Poderes. Nós não podemos conceber a interferência do Legislativo, porque daqui a pouco o Judiciário vai entender que não existe mais assunto *interna corporis* do Legislativo.

Quando um Deputado tem que ser processado pelo Poder Judiciário, este pede autorização ao Legislativo. Então, não é justo que o Poder Legislativo encaminhe através de uma CPI. E cá entre nós: o seu proponente não tem tanta moralidade assim para se arvorar como defensor da Justiça, do Judiciário mais autêntico neste País.

Portanto, a posição do PPS, substanciada num discurso longo do Senador Roberto Freire, é na linha de que nós temos que cuidar, sob pena de colocarmos mais uma vez a democracia e o estado de direito neste País em xeque.

O sistema democrático sobrevive com Poderes fortes, solidificados, respeitados e autônomos.

Imagem, Srs. Deputados, se, ao final, a Comissão apontar falhas do Judiciário? E com certeza vai ter, ninguém aqui está acobertando isso, mas nós temos que defender a reforma do Judiciário. Esse é o encaminhamento que deve ser dado. Se o relatório for ruim, for negativo, a quem o Senado Federal encaminhará? Ao Poder Judiciário também. De maneira que, na minha avaliação, mais responsável, mais democrático seria o Poder Legislativo se tratar a questão do Judiciário na linha propositiva da ampliação das reformas necessárias, para que seja mais um Poder a serviço da maioria da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do rateio, os próximos seis minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedit.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia me omitir nesta data de falar sobre o golpe militar de 1964. Mas o que trago a esta tribuna hoje, como dever de lealdade, é a defesa do nosso ex-Vice-Governador, Dr. José Augusto Hülse, também ex-Prefeito de Criciúma, minha terra. E defendo-o porque não há temor na abertura de suas contas, na quebra do seu sigilo bancário, assim declarado pelo Superior Tribunal de Justiça,

Deputado Manoel Mota, V.Exa. conhece bem o nosso José Augusto Hülse, um homem digno, decente, honesto, que deixou

de ser Vice-Governador e teve que trabalhar, porque não tem aposentadoria, não tem cargo público, não tem função pública.

José Augusto Hülse dedicou sua vida à vida pública. Foi Prefeito de Criciúma, Secretário de Estado, Vice-Governador, Secretário Municipal, e hoje trabalha numa pequena empresa, na qual tem uma parte.

É um homem que tem dignidade, decência, e não podemos deixar seu nome ser envolvido na mesma situação constrangedora em que ficou envolvido o Governo passado. Por José Augusto Hülse nós colocamos, como se costuma dizer, a mão no fogo. É um homem decente, um homem digno, um homem que só fez honrar as fileiras do nosso Partido.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROBERTO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Deputado, José Augusto Hülse é uma figura ímpar do nosso Estado. Conhecemos o seu passado e a sua história, e é um homem honrado, um homem de bem, que tem trabalhado muito para sobreviver.

A respeito da matéria que saiu, acho que ele não merece receber neste instante nenhum tipo de ameaça. Como V.Exa., eu também boto a mão no fogo por José Augusto Hülse, porque ele só tem engrandecido a vida pública, só tem trazido competência, sabedoria e bem-estar por onde passou.

Venho trazer meu apoio e solidariedade, porque José Augusto Hülse é um homem de bem, um homem honrado. E um homem honrado nós temos que defender!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Manoel Mota, a quebra de sigilo não nos preocupa, porque temos certeza da lisura da vida particular de José Augusto Hülse, haja vista a demonstração, na prática, das condições em que vive hoje.

Ele acabou pagando pelo seu estilo ético de manter a sua postura de lealdade aos companheiros. Foi uma pessoa que, ao longo de sua vida, procurou manter uma postura de dignidade como cidadão, mesmo ocupando as funções públicas que ocupou.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre Deputado, sobre José Augusto Hülse, não entro na questão, acho que os Deputados já se manifestaram, mas sobre a viagem de Paulo Afonso como funcionário público...

Ele não foi só como funcionário público; foi também com pensão vitalícia de Governador, e com o apoio desta Casa. As Bancadas do PMDB, do PTB, do PFL não acataram o recurso de votar o fim da pensão vitalícia de Governador. É por isso que ele está bem lá na Espanha, e com o dinheiro dos catarinenses, apoiado, legitimado e abençoado por esta Casa Legislativa!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Volto a me referir à pessoa de José Augusto Hülse, nosso ex-Vice-Governador, e quero que fique aqui registrada a nossa defesa e solidariedade em torno do nome deste cidadão catarinense, sobrinho do ex-Governador Heriberto Hülse, pessoa de família honrada e digna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do rateio, os próximos

seis minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje o debate está pautado nos 35 anos de início da ditadura militar brasileira; e na conjuntura atual, está pautado na privatização do Besc.

O Deputado Neodi Saretta já levantou as questões centrais e estratégicas da posição política desta Casa sobre qual o destino, qual o futuro dessa instituição pública do Estado de Santa Catarina. E quando o Deputado Neodi Saretta colocou quais os caminhos, quais as possibilidades de definição política com relação ao futuro do Besc, ficou clara a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que tem quatro pontos centrais:

1 - É da responsabilidade do Governo Esperidião Amin o futuro do Besc: ele é o ordenador primário, com controle majoritário desta instituição;

2 - A Bancada dos Trabalhadores é contra a privatização, é contra a federalização e contra os subterfúgios de coordenação e gestão tripartite dessa instituição estadual;

3 - Também condenamos e criticamos a atuação do Banco Central, que não faz somente trabalho técnico, mas, tendenciosa e ideologicamente, está conduzindo as instituições e os Governos Estaduais para o processo de privatização de todas as empresas públicas estaduais.

4 - A política econômica do Governo Federal, com os juros mais altos do mundo, vai endividando a União, os Estados e os Municípios, e o Governo Federal, contraditoriamente, vai destruindo essas instituições públicas.

Então, nós, desta Casa, temos que definir qual o caminho, qual o futuro da instituição. Se existe problema de clientelismo, de apadrinhamento, de gestão e de administração nessa instituição, vamos democratizá-la! Vamos construir uma gestão democrática nessa instituição! Se está sendo utilizada por Governos de plantão, vamos modificar essa instituição, tornando-a uma instituição aberta, pública, e no seu essencial conceito de pública: do povo.

É essa a perspectiva: democratização dessa instituição pública, gestão pública dessa instituição, sem atrelamento partidário, sem atrelamento ao Governo de plantão. Uma instituição que quer o desenvolvimento social e econômico das comunidades catarinenses.

Srs. Deputados, é esse futuro que queremos defender. E se existe problema de capitalização, pois dizem que se precisa capitalizar, então tenhamos vontade política. Em outras instituições, os Governos tomaram as decisões, e instituições com muito mais dificuldades!

Vamos, portanto, recuperar a instituição pública, pois ela responde a todas as comunidades do Estado, a todos os Municípios. Ao mesmo tempo, queremos construir um caminho que vai destruir essa assistência. Essa é a demagogia que pode estar aqui subjacente, ao mesmo tempo que se define uma perspectiva de federalização ou de privatização.

Então, se efetivamente (e considero essa a intenção, pelos pronunciamentos feitos aqui) todas as comunidades ganham com essa instituição pública, qual é o caminho? Vamos juntar esforços para capitalizar o banco, se precisar! Vamos juntar esforços para dar a migalha que esse Governo Federal deu não somente para os bancos estaduais públicos,

para privatizar, mas para os bancos privados, que depois foram vendidos para outras instituições financeiras.

Essa é a direção que esta Casa tem que tomar, na esteira do pronunciamento do próprio Deputado Neodi Saretta, em Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Deputado Pedro Uczai, entendo a sua preocupação, e acho que essa é a preocupação de toda a Assembléia Legislativa, mas sou testemunha de que pela primeira vez na história de Santa Catarina - e estou no quarto mandato de Deputado Estadual - um Governo do Estado chama todos os Partidos ao Palácio para fazer uma reunião e dar conhecimento da situação do Besc, ou de qualquer outro departamento, de qualquer outra Secretaria.

Então, o Governador do Estado fez o seu gesto de grandeza ao ouvir todos os Partidos. Deu conhecimento da situação do Banco, a qual será apreciada por esta Casa, sendo que se pretende chegar ao melhor possível, que é o saneamento do Banco do Estado de Santa Catarina e a permanência dos empregos, o que o PFL defende.

Por isso, quero solidarizar-me com V.Exa. pelo seu pronunciamento e dizer, mais uma vez, que é a primeira vez na história de Santa Catarina que um Governo ouve todos os Partidos representados nesta Casa para discutir uma instituição financeira. Geralmente, no passado, tudo era feito às escondidas.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Também estive nesse encontro com o Governador, e dizia-se que o Governo não queria privatizar, que queria manter público.

O que eu não gostaria, Deputado Wilson Wan-Dall, é daqui a trinta dias, juntamente com os demais Deputados presentes na reunião, sentir-me usado, traído; isso se forem na direção oposta do que se construiu naquela noite, que era buscar uma solução para o Besc, e não buscar a destruição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência registra o aniversário do Deputado Jaime Mantelli, desejando-lhe muitas felicidades em nome do Legislativo.

Ainda dentro do rateio, os próximos seis minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos seis minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente quero cumprimentar o eminente Deputado Jaime Mantelli pela efeméride do dia, desejando que Deus continue abençoando sua vida, concedendo-lhe sempre muita saúde, muita paz, muita disposição junto àqueles que lhe são queridos.

Como tenho feito em outras oportunidades, trago o projeto de lei que apresentei a esta Casa para a apreciação dos meus nobres Pares, o qual autoriza, se aprovado for, o Poder Executivo a fazer uso de propaganda nos uniformes dos alunos da rede pública estadual e dá outras providências.

Entendemos o momento difícil que estamos vivendo, e muito se fala em parceria. Por esta razão, o presente projeto de lei tem a finalidade de permitir que país, principalmente

os carentes, tenham a parceria de empresas participando do custeio dos uniformes dos alunos.

A iniciativa tem por fim gerar a possibilidade de oferecer condições de os alunos matriculados na rede pública estadual conseguirem uniformes gratuitos. Em contrapartida, permitir-se-ia o uso do impresso publicitário nas respectivas camisetas, blusas e outras peças do uniforme escolar.

Seguramente a eficiência e a aplicabilidade do projeto se ressaltam atentando-se ao dia a dia. Também quero colocar à consideração dos nobres Pares.

Hoje, são inúmeras as associações, os clubes, as entidades, entre outros, que se utilizam da publicidade para buscar recursos financeiros para melhor desempenhar as suas funções. Várias empresas comerciais e industriais fazem uso dessa forma de marketing. Neste raciocínio nada mais justo do que utilizarmos os uniformes em benefício das famílias carentes. Em se considerando, portanto, o caráter social e educativo, tenho certeza de que os nobres Pares concordam com a viabilidade, a necessidade e a importância da presente proposição.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço chegar a esta Casa uma indicação, a ser enviada ao Sr. Governador, sugerindo providências quanto ao pagamento de parcelas, já vencidas há muito tempo, convenientes principalmente com os centros comunitários.

Eu tenho um exemplo típico do centro comunitário da minha cidade, no bairro Costa e Silva, no Município de Joinville. O convênio celebrado com aquela entidade, em número de nove parcelas, teve apenas quatro quitadas, sendo que as restantes ainda estão para ser quitadas, no valor de R\$ 24.380,00 (vinte e quatro mil e trezentos e oitenta reais).

É grande a necessidade que tem aquela entidade comunitária desses recursos, a fim de que possa saldar os seus compromissos com a aquisição de gêneros alimentícios, material escolar e didático, material de limpeza, manutenção e conservação de prédios e também pagamento de terceiros, como contas de água, de luz etc.

Os atuais diretores tiveram recentemente que recorrer a instituições bancárias para saldar compromissos dessa natureza e principalmente dos funcionários que estão trabalhando ali, nos centros comunitários, em Joinville.

Por esta razão, estamos apelando ao Sr. Governador uma rápida solução. Nós entendemos que mesmo sendo um compromisso do Governo anterior, não é um compromisso do Governador fulano de tal, é, sim, um compromisso do Governo do Estado de Santa Catarina. Portanto, há que se encontrar uma equação, porque não podem os nossos centros comunitários que prestam serviços relevantes à sociedade viver esta penúria de a sua diretoria, que trabalha voluntariamente, recorrer a empréstimos bancários, em seus próprios nomes e com garantias pessoais, a fim de cumprir uma missão que é do Governo.

Portanto, quero, nesta oportunidade, pedir o apoio dos meus Colegas a fim de que o Sr. Governador Esperidião Amin e a Sra. Secretária Marli Nacif encontrem uma equação que possa saldar os compromissos que foram firmados, mesmo que no Governo anterior, e também que possam retomar os compromissos deste ano, a fim de que não sofra aquela instituição com a paralisação das suas atividades em prejuízo de uma comunidade que é bastante carente e que muito se serve dos centros comunitários.



Por isso, a essa indicação, a qual estou dando entrada, peço o apoio dos nobres Colegas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes dezesseis Srs. Deputados.

Não há *quorum* para a votação.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu já levantei isto da tribuna e volto a levantar: é inadmissível que esta Casa não tenha conseguido resolver o problema da assinatura do jornal Diário Catarinense.

Eu quero dizer que é inadmissível isso, porque necessitamos ter os jornais nos gabinetes para podermos desenvolver o nosso trabalho Parlamentar, mas não podemos contar com isso. Mesmo aparecendo diariamente no *clipping*, não é possível continuarmos assim, porque nem todas as matérias do interesse dos mandatos e dos gabinetes aparecem no *clipping*.

Vou dar um exemplo: a OAB quer esclarecimentos sobre as denúncias da operação varredura, desenvolvida aqui, na Capital, que está exportando mendigos, em uma atitude clara de eliminação das pessoas que não têm condições financeiras, que estão sem casas, sem dinheiro.

Este é um assunto do meu maior interesse. Peguei o recorte porque alguém me trouxe, porque na Casa não tem o jornal Diário Catarinense. E este tipo de assunto não sai no *clipping*.

Sr. Presidente, se a Casa não consegue renovar o contrato, eu quero ter o direito de poder fazer a assinatura do jornal Diário Catarinense pela minha cota, porque eu não aguento mais. Há mais de dois meses que não conseguimos ter o jornal.

Ou a Casa vai resolver esse problema, ou então quero autorização para fazer a assinatura pela conta telefônica da minha cota, para eu passar a ter o jornal Diário Catarinense novamente.

Eu gostaria inclusive que a Presidência se pronunciasse, porque não dá para ficar mais um dia sem o jornal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputada Ideli Salvatti, este assunto foi levantado pela assessoria da Presidência dentro do trabalho que estamos fazendo de cortes de despesas e foi verificado que havia um excesso de números de jornais na Casa.

Tanto é que todos os gabinetes foram consultados para uma redução, já que foi uma decisão da Mesa Diretora, do número de quatro jornais para três estaduais e um de circulação nacional, além de uma revista. Foi o corte que foi feito, e todos os Srs. Deputados já foram informados.

Na semana passada já foi acordada pela Mesa Diretora a renovação, e já foi autorizado à assessoria financeira da Casa renovar os contratos. Portanto, é só uma questão de horas ou de dias, ou melhor, nem sei o porquê de ainda não ter sido assinado.

Vou consultar a assessoria neste momento, mas quero dizer que já foi

autorizada pela Mesa Diretora a renovação das assinaturas. Ficaram três jornais de circulação estadual para o gabinete, um jornal de circulação nacional e uma revista, e todos os Parlamentares escolheram os jornais da sua preferência.

Portanto, daqui a pouco já lhe dou a informação com muito prazer, mas tenho certeza de que foram tomadas as providências.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, acabamos não tendo *quorum* ontem para dar continuidade à votação dos vetos. Hoje já foi feita a chamada e pelo visto não teremos novamente *quorum* para a votação de matérias importantes. Inclusive, o nosso Líder abriu mão do pedido de vista, na Comissão de Justiça, de dois projetos de troca de imóveis por ICMS.

Agora, não dá mais para aguardarmos a votação de determinadas questões. Por isso, Sr. Presidente, solicito que V.Exa. acate um dos requerimentos que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou, que o mesmo não precise ser apreciado pelo Plenário, já que se trata da solicitação para o Fórum Parlamentar Catarinense realizar aqui uma sessão para discutir a questão do Besc.

Acho que a Presidência pode acatar o requerimento e enviá-lo ao Fórum. Quero fazer este apelo à Presidência, porque pelo visto hoje não vamos votar nada, e esta questão do Besc é premente. Não dá para ficarmos protelando decisões e encaminhamentos pela Casa.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, sabemos que a retirada dos Deputados de Plenário para não dar *quorum* é normal e natural que aconteça em uma Casa de Leis, como tenho certeza de que Companheiros da minha Bancada também já o fizeram, mas esta Casa não pode ficar na dependência de um Bloco ou de alguns Partidos para votar quando quiserem um assunto de tamanha relevância, com os prazos vencidos, como é a questão dos vetos que temos que apreciar.

Isto vem sendo enrolado desde a semana passada, e nesta semana não serão votados, mas gostaria que V.Exa. encaminhasse nova verificação de *quorum*, porque parece que estamos com 22 Srs. Deputados em Plenário, a fim de que votemos hoje os vetos que já estão com os prazos vencidos.

Os cinco Deputados do Partido dos Trabalhadores estão na Casa para isso, já estávamos ontem e ficamos até o final da sessão. Portanto, solicito que V.Exa. faça novamente a verificação de *quorum*, porque neste momento tenho certeza de que temos *quorum*, a não ser que alguém se retire do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência quer informar à Deputada Ideli Salvatti que a assessoria nos deu conhecimento de que já estão providenciando os contratos de renovação com os jornais; inclusive, com o jornal A Notícia já foi renovado e com outros está dependendo de documentação das próprias empresas, porque senão teremos problemas com o Tribunal de Contas.

Nós gastávamos R\$96.000,00 por ano com jornais e revistas, mas conseguimos fazer alguns cortes, e os novos contratos darão uma despesa de R\$80.000,00.

Portanto, houve uma economia para a Casa.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - A notícia chegou em boa hora, pois a nossa Bancada iria fazer uma vaquinha para conceder a assinatura do Diário Catarinense para a Deputada Ideli Salvatti.

Queremos dizer que a nossa Bancada considera aprovado o requerimento para a instalação de reuniões com o Fórum Catarinense, para falarmos sobre a questão do Besc. Nós concordamos que V.Exa. o considere aprovado, em nome da nossa Bancada.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que nós hoje fizemos uma reunião com as Bancadas que dão sustentação ao Governo e analisamos os projetos que estão em tramitação, especialmente a questão dos vetos. E como existem algumas questões a serem analisadas e estudadas - porque esses vetos são de projetos, a maioria de iniciativa de Parlamentares, para evitar que se faça uma injustiça e para evitar que nós, nesta Casa, tenhamos que votar não fazendo justiça ao processo legislativo -, nós decidimos, com todas as Bancadas, deliberar na segunda-feira sobre esses assuntos.

Sei que não foi unanimidade, mas foi a maioria. E é uma explicação lógica, porque nós queremos aprimorar o conhecimento, especialmente dos Deputados que não conhecem ainda o assunto, para votarmos com consciência.

Essa foi uma posição regimental, estratégica, e depois que tomamos esta iniciativa eu, em nome de todos, fiz a comunicação aos Líderes que esta teria sido uma posição. Pedimos a compreensão deles, porque é uma questão que envolve assuntos da maior importância para esta Casa. E para evitarmos, então, que votássemos, como aconteceu ontem, em algum projeto que não fosse a vontade manifesta da maioria, tomamos esta iniciativa em respeito às Bancadas de Oposição.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, só reforçando o que o Deputado Ivan já falou, em nome das Bancadas que dão sustentação ao Governo, gostaria de dizer que realmente alguns ainda precisavam de algumas informações a respeito dos vetos, até porque são ex-Deputados desta Casa os Autores de alguns projetos.

Por outro lado, tem um projeto sobre dação em pagamento que também traz algumas dúvidas, porque tem alguns pedidos para que o Governo possa liberar como dação, e está havendo algum entrave. Mas este já está na Casa há muito tempo. Por isso, também sobre este projeto de dação em pagamento, precisamos de algumas informações. Mas na semana que vem, com certeza, as Bancadas estarão aqui para dar *quorum*, até porque não tem nenhum pedido em regime de urgência.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO

BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, os mais antigos poderiam me dar as informações que necessito.

Eu, na qualidade de Deputado estreado, vim para esta Casa com a vontade de trabalhar, de prestar serviço ao povo catarinense, e tenho me preocupado muito com a nossa presença, com o nosso trabalho, já que tenho dito que somos a unanimidade do pensamento do povo catarinense, e aqui estão todos os segmentos da sociedade, tanto da Situação como da Oposição.

Nós temos um dever com a sociedade de vir aqui votar os projetos que o Governo manda e os que nós apresentamos como Deputados. E vemos situações como esta - aonde a Bancada do Governo se retira na votação de alguns vetos. Se alguém precisar derrubar algum veto, se no caso for a Oposição, quem precisará se retirar é a Oposição! Agora, acho interessante o Governo ficar preocupado em retirar as suas Bancadas, retirando os seus Deputados, dizendo que não poderia se votado hoje.

Eu fico meio sem saber! Não sei se estou sendo meio burro ou meio tanso na história, mas estou de bobo no meio do assunto aqui, agora, para saber por que não se vem votar, por que fazem essas obstruções, já que o Governo tem 23 Deputados na sua Bancada de sustentação.

Então, causa-me estranheza! E vou ter que registrar essas questões na base quando tiver reunião com os cidadãos que me elegeram, para que saibam por que não se vota, se a nossa função é votar.

Até é interessante, porque se alguém tivesse que fazer alguma obstrução em algum momento seria a Oposição, que é minoria. Mas quem necessita de 21 votos não é o Governo mas, sim, a Oposição.

Então, não entendo por que obstruir os trabalhos aqui, na Assembléia Legislativa, até deixando sem rumo as pessoas que lêem jornais para saber o que realizamos aqui.

Esse é o registro da minha indignação e da minha frustração ao ver o Parlamento desta forma.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Ronaldo Benedet, aqui é um Parlamento, e a própria palavra já diz que é onde se parlamenta, onde se discute, onde se conversa, onde se estuda, é onde se vota contra ou a favor aos projetos que tramitam.

Eu não vejo problema algum com a ausência das Bancadas que dão sustentação ao Governo, porque é normal.

Existem vetos sobre matérias que merecem ainda uma discussão de Bancada, e seria de grande irresponsabilidade dos Srs. Parlamentares se viessem votar matérias sem ter o devido conhecimento.

Por isso, não temos matéria alguma que tenha decorrido o seu prazo regimental, não temos matérias que possam prejudicar a sociedade pela sua não-votação neste Plenário.

Então, acho que é importante que se vote conscientemente, e temos o direito, cada Bancada, cada Parlamentar, na dúvida, de não votar, de pedir esclarecimentos.

Já estivemos reunidos, as nossas Bancadas já estão reunidas - inclusive descemos há pouco da Liderança -, discutindo justamente os vetos e os projetos que poderiam ser votados hoje. Mas na

dúvida não vamos votar. Vamos primeiro discutir com as partes, verificar a matéria para podermos votar conscientemente.

Por isso, não vejo nada de errado em postergarmos essas matérias até segunda, terça ou quarta-feira, desde que sejam votadas dentro do prazo regimental. Mas que não se vote matérias com dúvidas. Portanto, a atitude das Bancadas que dão sustentação ao Governo em procurar votar conscientemente. Por isso, estão estudando os projetos.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pelo que tenho conhecimento, faço parte da Bancada que dá apoio ao Governo do Estado.

Tenho procurado olhar as cadeiras próximas a mim em Plenário e não encontro ninguém. Só vejo aqui, no momento, o Deputado Reno Caramori.

A princípio a impressão que se tem é que esse Deputado é rebelde, porque só está ele aqui, e o resto debandou, quando na verdade estamos aqui cumprindo a nossa obrigação.

Pelo que me consta, a minha Bancada teve uma reunião na hora do almoço, exatamente na hora em que faço um programa de rádio para a minha região. Depois, vim para esta Casa e não tive qualquer comunicado da minha Liderança no sentido de que a Bancada tomou a decisão de se ausentar de Plenário.

Por esta razão, estou em Plenário cumprindo a minha obrigação. Mas fico sabendo, em Plenário, que a minha Bancada, através de uma reunião de Lideranças, decidiu se ausentar para discutir os vetos. Agora, tomando conhecimento, fico contente, porque são matérias de grande responsabilidade, são matérias que requerem um melhor conhecimento.

Por isso, entendo essa retirada estratégica dos Partidos que dão sustentação ao Governo para que se possa tomar uma decisão mais racional em relação a todas essas coisas, até para não se cometer o que aconteceu neste Plenário ontem.

Existe um projeto, eu era o Relator, que tinha um veto parcial do Sr. Governador em dois artigos, que tratava da questão do Porto de São Francisco do Sul (embarcações que derramavam óleo ou coisa parecida). Os dois artigos foram vetados pelo Governo, porque feriam direito internacional e feriam direito marítimo.

Este Deputado era o Relator da matéria e fez o relato pelo veto, mas infelizmente o Plenário rejeitou o veto, aprovando, *ipsis litteris*, o projeto que feria o direito internacional, que feria o direito marítimo etc. Esta Casa aprovou.

Foi um verdadeiro vexame, no meu modo de entender, por quê? Porque a maioria dos Srs. Deputados não tinha conhecimento do que estava fazendo. Então, é importante que tenhamos o tempo devido para melhor estudar esses projetos, para que possamos votar coerentemente.

Continuo em Plenário porque a minha Liderança não me comunicou nada; o meu Partido, a minha Bancada, ninguém me disse nada. Estou aqui sentado e vou terminar a sessão.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Em relação ao que foi colocado pelo Deputado

Reno Caramori, entendo que o Parlamento, como ele disse, se é que o Parlamento é para parlamentar, vem de *parlari*, em italiano.

Por que não debatemos os projetos? Acho interessante as Bancadas do Governo quase vazias. O Líder do Governo, os Partidos que são da Bancada governista não vêm defender os projetos do Govern<sup>o</sup>

Somos seres humanos, no mínimo, inteligentes, para podermos ser convencidos, se é que é para isso, que devemos estar aqui discutindo as matérias, que temos que estar aqui discutindo as matérias.

O que não podemos é fazer como a ditadura da maioria: engolir os projetos e as decisões que vêm do Palácio do Governo, ou seja, tem que votar, é assim, e acabou. Não! Somos da Oposição, estamos aqui para analisar as matérias e, se formos convencidos, nós poderemos votar até a favor.

As matérias não foram defendidas, houve a votação, mas ninguém defendeu a proposta, ou ela impunha a proposta do Govern<sup>o</sup> Mas a Oposição votou de acordo com sua consciência e análise dos Partidos de Oposição.

Por isso, quero colocar que precisam falar, discutir, como o Deputado Reno Caramori; precisam vir aqui defender as matérias, discutir e argumentar. Esta é a Casa do Povo, e somos inteligentes para também sermos convencidos de que quando a matéria for compreensível e justificável, então, que se vote a favor.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Venho fazer duas referências sobre algumas coisas que foram faladas pelo Deputado Reno Caramori e pelo Deputado Nilson Gonçalves: primeiro, respeitar as necessidades de tempo das Bancadas que dão sustentação ao Governo para rearticularem e virem a Plenário, de maneira ordenada, com posições definidas, e enfrentar os debates e as votações das matérias que estão colocadas.

Então, eu respeito soberanamente esse direito que as Bancadas dos Partidos que dão sustentação ao Governo têm hoje. Mas vou discordar frontalmente na questão dos prazos colocados pelo Deputado Reno Caramori, porque temos dez matérias na pauta da Ordem do Dia que estão com os prazos esgotados.

Então, devido à questão do prazo, urge a decisão deste Plenário. Por isso, estamos aqui presentes.

Com referência à manifestação que o Deputado Nilson Gonçalves fez, de que há necessidade de se pensar melhor por que foram derrubados os vetos, cujo parecer da Comissão de Constituição e Justiça era pela manutenção do veto e que isso, na visão do nobre Deputado Nilson Gonçalves, é uma referência de que os Deputados votaram sem saber o que estavam fazendo, eu discordo frontalmente, porque aqui, Deputado, o homem público ou a mulher pública que não têm capacidade e não têm inteligência para discernir entre o que quer e o que não quer neste Plenário, não têm capacidade de enfrentar uma campanha eleitoral, de construir um projeto político, uma engenharia política, arregimentar o voto soberano da grande parcela da população e vir aqui exercer o mandato.

Se é que existe algum tolo - vou repetir aqui uma referência de um Deputado Federal muito famoso - ele está seguramente, e com raríssimas exceções (isso que eu vou falar é a exceção absoluta), na fila dos suplentes, nunca entre os que galgaram o mandato, em que pese eu conhecer as minhas limitações.

Então, se existe Deputado aqui que não sabe votar, não sabe o que está fazendo aqui, vai ser uma grande surpresa, porque a história não registra nenhum fato desse. E eu gostaria até de conhecê-lo, para evitar que o futuro de Santa Catarina viesse a correr risco.

Então, venho aqui fazer essa referência e dizer ao nobre Deputado Nilson Gonçalves, estreante nesta Casa, um Deputado de Oposição competente, que não podemos jogar Deputado contra Deputado, ainda mais na questão da inteligência, quando sabemos que se não tivermos um mínimo de inteligência para julgar se somos a favor ou contra um posicionamento ou um parecer de uma Comissão, seria enfrentar a nossa própria realidade e passar para a sociedade uma figura de que não temos capacidade ou legitimidade para representar. Não é verdade.

Também estendo essa minha preocupação àquilo que li na imprensa, que o Vice-Líder da Bancada do PPB, Deputado Joares Ponticelli - por quem tenho uma admiração muito grande, pois sei que é um Deputado extremamente competente -, disse no jornal, ou seja, que os Deputados por serem novos não sabiam exatamente votar. Eu discordo disso.

Eu quero fazer aqui uma referência de reconhecimento à inteligência e à capacidade dos outros 39 Deputados, porque a mim não vem ao caso, pois falar da gente vira vitupério.

Então, quero deixar esse registro bem claro, bem fundamentado, para que não venhamos mais cometer equívoco dessa natureza.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Rogério Mendonça. Mas primeiramente mais uma vez gostaria de registrar - embora sabendo que já foi manifestado anteriormente pelo Deputado Heitor Sché quando estava na Presidência dos trabalhos - o aniversário do Deputado Jaime Mantelli no dia de hoje.

V.Exa. está com a palavra, Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É importante também que se diga que esse projeto em questão, o Projeto de Lei nº 11.078, que o Deputado Nilson Gonçalves fez referência, o que teve o veto derrubado nesta Casa na sessão de ontem, também foi um projeto objeto de discussão na Legislatura anterior, passou também pela Comissão de Justiça, pelas demais Comissões e foi aprovado na Legislatura anterior.

Acredito que também, assim como neste momento, neste ano, nesta Legislatura, ele foi objeto de estudo e de apreciação, com certeza também foi na Legislatura anterior, quando foi aprovado pelos Deputados da Casa naquela oportunidade.

Era só essa referência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência ouviu atentamente todas as questões levantadas pelos Srs. Deputados e entende que, pela

manifestação da maioria dos Srs. Deputados, o grande problema se restringe aos vetos, que têm prazo regimental de tramitação vencido nas Comissões e que estão na pauta. Portanto, não podem mais sair da pauta da Ordem do Dia e precisarão ser votados.

Pelas discussões levantadas, este é o grande problema que alguns Srs. Deputados entendem que ainda não têm profundo conhecimento.

São todas matérias oriundas da Legislatura passada, de iniciativa parlamentar, a grande maioria, e alguns Srs. Deputados acompanharam-nas com ampla discussão na Legislatura passada. Quanto aos Deputados que vieram somar nesta nova Legislatura, com certeza, não tinham conhecimento dos projetos com muita profundidade.

Então, entendo que até pode haver esse tipo de reclamo. Mas também entendo eu que em relação aos projetos de resolução não há nenhum problema.

Então, esta Presidência consulta os Srs. Líderes sobre a proposta da retirada da Ordem do Dia das matérias que tratam dos vetos, da votação dos vetos, para os apreciarmos na segunda-feira, e votarmos hoje os dois projetos de resolução que são projetos de decreto legislativo.

Eu consulto os Líderes de Bancada sobre esta posição apresentada neste momento.

Consulto o Líder da Bancada do PMDB, Deputado Herneus de Nadal, se concorda com o encaminhamento feito por esta Presidência.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Eu pergunto ao Líder da Bancada do PPS se concorda com a proposição.

(Pausa)

Concorda.

Líder da Bancada do PDT?

(Pausa)

Concorda com a proposição.

Líder da Bancada do PT, Deputado Francisco de Assis, V.Exa. concorda?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, não concordamos, porque se não há *quorum* para votar os vetos, conseqüentemente não há *quorum* para votar os projetos.

Então, não concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Nós ainda não fizemos a verificação de *quorum*, Deputado Francisco de Assis.

V.Exa. pediu novamente que se fizesse a verificação de *quorum*.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Se tiver *quorum*, Sr. Presidente, queremos que mantenha a pauta e que sejam votados primeiro os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a não-concordância da Bancada do PT na proposta apresentada pela Presidência, esta Presidência retira a proposta.

A Presidência fará nova chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

Solicito ao Sr. Deputado Romildo Titon que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a verificação de *quorum*.)

Estão presentes 19 Srs. Deputados. Não há *quorum* para deliberação.

A Presidência quer apenas dar um

esclarecimento à Deputada Ideli Salvatti sobre a colocação do requerimento que há pouco fez menção.

Deputada Ideli Salvatti, o único requerimento que está em poder da mesa é o Requerimento nº 98/99, que solicita a realização de uma reunião entre representantes das diversas esferas do Poder Judiciário no Estado de Santa Catarina, Presidência da Assembléia Legislativa, Líderes de Bancada e demais Parlamentares que estejam interessados, a realizar-se no dia 25 de março.

Esta reunião já ocorreu! Não sei se é a isto que a Deputada estava se referindo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, na verdade era sobre o Fórum Parlamentar Catarinense, mais especificamente uma reunião para realizar um debate sobre o sistema financeiro Besc, no dia 12.

Como não houve manifestação contrária de nenhum Líder, e não pode haver votação, porque não há *quorum*, gostaríamos que V.Exa. fizesse isso em nome da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - A Presidência quer fazer exatamente isto, mas não encontra o requerimento. Não está aqui.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Foi verbal, Deputado?

A Sra. Deputada Ideli Salvatti (Intervindo) - Não, foi por escrito, protocolado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Mas V.Exa. pode fazer pela Presidência. Não há problema nenhum, já que há interesse de todas as Bancadas neste sentido.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu estou admirada, porque foi protocolado em nome da Bancada: é um requerimento solicitando a realização de uma sessão aqui, na Casa, no dia 12, das 14 às 16h, para tratar da questão do Besc. Eu posso até verificar junto à coordenação da nossa coletiva de Bancada, mas eu tenho certeza absoluta de que foi protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Diante do exposto, e como o assunto é do conhecimento de todos os Srs. Deputados e todos manifestam concordância à reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, que deverá se realizar aqui, nesta Casa, no próximo dia 12 de abril, esta Presidência defere o requerimento, mesmo não o tendo localizado.

(Pausa)

Está localizado o requerimento. Portanto, esta Presidência defere a solicitação.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Sr. Deputado Rogério Mendonça, por até trinta minutos.

(Pausa)

Com a desistência do Deputado Rogério Mendonça, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni, por até trinta minutos.

(Pausa)

Com a desistência do Deputado Volnei Morastoni, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

(Pausa)

Com a desistência do Deputado

Ronaldo Benedet, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até trinta minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez trago a esta Casa uma grande preocupação, que não é só do Deputado Manoel Mota mas, sim, de todo este Parlamento, em relação à BR-101.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminhamos ao Fórum um convite sobre a vinda do Ministro. Encaminhamos uma solitação ao Ministro dos Transportes pedindo uma audiência a fim de que possamos, *in loco*, visitar não só a ponte que caiu como outras pontes críticas, como é o caso da ponte de Tubarão e da ponte de Cabeçudas.

Lamentavelmente somos cobrados diariamente pela imprensa, e com razão, porque o Ministro, na semana que passou, esteve no Paraná, no Rio Grande do Sul e não veio a Santa Catarina. E nós tivemos conhecimento, na parte da manhã, que ele quer vir a Santa Catarina para assinar o cheque que irá trazer para a duplicação e para a recuperação da ponte e dos pontos críticos.

Agora, a nossa convocação ao Ministro não é somente para trazer o cheque, mas também é para que ele possa relatar a situação da BR-101 em Santa Catarina, que não é só de Santa Catarina e do Brasil mas, sim, é do Mercosul, é uma obra internacional.

Estamos correndo o risco de comprometer todo o transporte pesado do Mercosul, no Sul do nosso Estado, porque se a ponte de Cabeçudas vier a ter problemas, com certeza teremos um ano de paralisação na BR-101. E isto vai gerar desemprego, vai desestruturar toda a rede de postos e toda a estrutura que está implantada ao lado da BR-101.

Por isso, gostaríamos de fazer este registro, esperando aqui respostas imediatas. Fizemos um convite ao coordenador do Fórum, e isso já foi encaminhado no dia de ontem, em nome da Comissão Parlamentar Externa, a qual eu presido, e em nome da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e

Rural e Turismo, presidida pelo nosso Companheiro Ciro Roza, no sentido de obtermos respostas imediatas, porque não temos tido nenhum retorno e, em contrapartida, não temos respostas para a sociedade e para os usuários que estão sofrendo.

Hoje uma empresa que assumiu o comando de uma estrada estadual, Sr. Presidente, e que cobrava pedágio, retirou o seu equipamento do local. Contudo, continuará a cobrar o pedágio, embora não vá mais recuperá-la, tendo os carros que trafegarem novamente por aquele trecho de Morro da Fumaça, de Urussanga, de Orleans, de Braço do Norte, de Gravatal e de Tubarão. Então, é evidente que as chuvas que caem naquela região vão destruir todas aquelas rodovias.

Essa é uma preocupação, porque em qualquer lugar do País ou do mundo em uma obra como essa se teria um prazo de dez a quinze dias para fazer um acesso que desse condições de trafegabilidade. Poderia até ser através de uma ponte de exército, porque é assim que se faz. No Rio Maruí, por exemplo, fizeram uma ponte do exército em 24 horas.

Então, por que lá os automóveis tem que trafegar com dificuldades, provocando, muitas vezes, acidentes? Portanto, a nossa preocupação é com relação à destruição das estradas municipais, inclusive, os Prefeitos daquelas regiões estão ameaçando, sim, paralisarem o tráfego.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa é a preocupação que gostaríamos de registrar aqui, e quero voltar na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, até ter a resposta (e não me interessa de qual Partido é o Ministro, de qual Partido é o Presidente) no sentido de que Santa Catarina seja respeitada.

Acho que é hora de o Governo do Estado e de o Parlamento fazerem a nossa representação no Congresso Nacional, cobrando uma posição firme com relação ao respeito por Santa Catarina.

É com este espírito que trago e registro, na tarde de hoje, mais uma preocupação com relação ao trabalho que estamos fazendo, pois está muito vazio, muito

longe da realidade que precisamos para Santa Catarina.

Gostaria de agradecer, Sr. Presidente, mostrando esta grande preocupação com o tráfego que encontra-se, hoje, totalmente desinformado - a Polícia Rodoviária está desesperada, assim como a Polícia Militar, que não têm mais como atender, pois os chamados são de dia e de noite.

Para concluir, gostaria de pedir aos nossos Parlamentares para fazermos uma ação firme, porque se o Estado não está se preocupando, se outras fontes não estão se preocupando, o Parlamento quer uma resposta do Governo Federal sobre a BR-101, principalmente sobre as pontes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: todas as matérias da pauta da Ordem do Dia de hoje; os requerimentos anunciados anteriormente; além dos requerimentos de autoria dos seguintes Deputados: Adelor Vieira, ao Presidente da Telesc; Jorginho Mello, ao Ministro da Saúde; Ivo Konell, ao Chefe do DNER de Santa Catarina; Wilson Wan-Dall, solicitando uma sessão solene em comemoração ao aniversário de Blumenau. Temos, ainda, um pedido de informação de autoria do Deputado Pedro Uczai.

Antes de encerrar a presente sessão esta Presidência gostaria de desejar a todos os Srs. Deputados, às Sras. Deputadas e a todos os funcionários desta Casa uma feliz Páscoa, desejando que aproveitem este feriadão para fazer as suas reflexões também espirituais.

Esta Casa, ainda hoje, realizou um culto ecumênico, no hall de entrada, com o intuito de registrar a passagem desta data tão importante, que é a Páscoa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA DIRETORA

### RESOLUÇÕES DP

#### RESOLUÇÃO DP Nº 012/99

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONSTITUIR Comissão Especial Externa, integrada pelos Senhores Deputados Ivan Ranzolin, Herneus de Nadal, Wilson Wan-Dall, Ideli Salvatti, Jorginho Mello, Jaime Duarte e Jaime Mantelli, para no prazo de 90 (noventa) dias, acompanhar a gestão governamental acerca do Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 12 de abril de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Romildo Titon - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO DP Nº 013/99

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

CONCEDER licença ao Senhor Deputado Milton Sander, para ausentar-se do País no período de 13 a 17 de abril do corrente ano, com a finalidade de participar do Encontro das Associações de Municípios da América, em Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 12 de abril de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS****RESOLUÇÃO Nº 593/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução DP nº 013/99, de 12/04/1999.

FIXAR, em US\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove dólares), o valor global das diárias concedidas ao Senhor Deputado MILTON SANDER, onde, no período de 13 a 17 de abril do corrente ano, irá participar do Encontro das Associações de Municípios da América, em Buenos Aires - Argentina.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 594/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0795, de 15/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Tubarão/SC, **MANOEL GONZAGA DE OLIVEIRA NETO**, matrícula nº 1302, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 595/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0794, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Meleiro/SC, **MARA LÚCIA MANFREDINI PERUCHI**, matrícula nº 1142, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 596/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0797, de 15/05/97, que colocou à disposição do Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá/SC, **MARCIA OTÍLIA SASSO**, matrícula nº 1573, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 597/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0798, de 15/05/97, que colocou à disposição APAE - ITAJAI/SC, **MARCOS GRAFF CÉSAR**, matrícula nº 1729, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 598/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0675, de 02/12/98, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, **MARIA ANGELA DE ARAÚJO BORTOLUZZI**, matrícula nº 0984, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 599/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0846, de 15/05/97, que colocou à disposição da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Araranguá/SC, **MARIA APARECIDA LEITÃO PACHECO**, matrícula nº 2130, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 600/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0818, de 15/05/97, que colocou à disposição da Justiça Eleitoral da Comarca de Turvo/SC, **MARIA DE FATIMA R. SIMON**, matrícula nº 1362, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 601/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0853, de 22/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Criciúma/SC, **NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES**, matrícula nº 1095, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 602/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO** a Resolução nº 558, de 05/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 603/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **CLAYTON AVILA ALVES**, matrícula nº 1844, da função de Chefe da Seção de Distribuição e Controle, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/04/99 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 604/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **GEIZA CÉLIA GONÇALVES**, matrícula nº 0886, para exercer a função de Chefe da Seção de Distribuição e Controle, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/04/99 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 605/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **LUIZ HENRIQUE RUSSI**, matrícula nº 1567, da função de Chefe do Setor de Diagramação e Informática, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/04/99 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 606/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **CLAYTON AVILA ALVES**, matrícula nº 1844, para exercer a função de Chefe da Seção de Diagramação e Informática, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/04/99 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 607/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 0647/98,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 30, III, letra "a", da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, e Lei Complementar n.º 133, de 27 de dezembro de 1994,*

CONCEDER APOSENTADORIA, por tempo de serviço, ao servidor **ORION LUIZ RAMOS**, matrícula nº 2647, no cargo em comissão de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Secretário Romildo Titon - Secretário

Secretário Adelor Vieira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 608/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0802, de 15/05/97, que colocou à disposição do Complexo Hospitalar do Mandaqui/SP, **RUBENS RAMOS FILHO**, matrícula nº 1193, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 609/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0799, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Laguna/SC, **NEUSA DA SILVA MATTOS**, matrícula nº 1537, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 610/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 800, de 15/05/97, que colocou à disposição do Fórum Nereu Ramos - Lages/SC, **OSNI PROENÇA PEREIRA**, matrícula nº 1846, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 611/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 1111, de 11/08/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Seara, **REJANE MARI PALUDO**, matrícula nº 1418, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 612/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 804, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Blumenau/SC, **ROSALBA FIUZA LIMA SCHARF**, matrícula nº 2144, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 613/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 805, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Lages/SC, **SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 0620, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 614/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0814, de 15/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, **SALVIO ZULMAR DE SOUZA**, matrícula nº 0438, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 615/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0806, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Laguna/SC, **SIMONE DA ROSA TASSO**, matrícula nº 1146, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 616/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0808, de 15/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Anápolis - GO, **VÂNIA ELIZABET S. DE TOLEDO**, matrícula nº 0647, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 617/99**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NAZÁRIO CORREIA**, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/99 (Deputado Nelson Goetten).

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DAS COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA, REALIZADA NO DIA SEIS DE ABRIL DE HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.**

**1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:**

Às dezenove horas e trinta minutos do dia seis de abril de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniram-se na sala de sessões da Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário os senhores Deputados da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia para deliberarem sobre questões da comercialização do fumo na região sul. Compareceram à reunião os seguintes Deputados: Gelson Sorgato - Presidente, Neodi Saretta - Vice-Presidente, Moacir Sopelsa, Jaime Mantelli e Onofre Santo Agostini. O senhor Presidente Deputado Gelson Sorgato abriu a reunião fazendo breve relato sobre sua participação na reunião da FETAESC pela manhã, ocasião em que colocou a Comissão de Agricultura à disposição daquela entidade para ajudar nas negociações entre produtores de fumo e fumageiras. O senhor deputado Jaime Mantelli pronunciou-se a respeito de sua ida à Porto Alegre juntamente com o senhor Deputado Moacir Sopelsa onde representaram a Comissão de agricultura da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Naquela oportunidade, disse o Deputado Jaime Mantelli, foi possível avaliar que a reunião na Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul não aconteceu devido a ausência do SINDIFUMO e além de não comparecer, distribuiu nota com o propósito de esvaziar o movimento dos produtores. O Deputado avalia que o SINDIFUMO não vê a necessidade de negociação de estoques elevados de fumo. As fumageiras e o SINDIFUMO querem retardar o recebimento da produção. O Deputado Jaime Mantelli coloca como estratégia, uma forma de politizar suprapartidariamente as negociações, buscando afinar as propostas. Sugere com primeiro passo reunir as Comissões de Agricultura dos três Estados do Sul., para definirem um encaminhamento através de Audiência Pública imediatamente sobre as questões: metodologia de classificação, análise sobre o efeito da flexibilização cambial e definição das estratégias de negociação. Sugere enviar correspondência ao SINDIFUMO e a AFUBRA pedindo o retorno das negociações. O senhor deputado Neodi Saretta sugere Quinta-feira dia vinte e dois de abril ou datas em que todos deputados possam estar

presentes como dias vinte e três ou vinte e seis próximos. O senhor Presidente Gelson Sorgato, sugere que o documento a ser elaborado seja levado a Plenária. O senhor Deputado Jaime Mantelli sugere requerimento propondo audiência pública. O Senhor Presidente propõe que o documento seja produzido até a próxima Segunda-feira. Sobre a Audiência Pública, sugere que na próxima Quarta-feira dia quatorze, após a Audiência já marcada sobre flexibilização cambial, seja feita uma reunião para tratar sobre fumo somente com a participação dos segmentos interessados. O Deputado Jaime Mantelli retomando a palavra falou que o próximo passo deveria ser a reunião entre as Comissões de Agricultura dos três Estados do Sul, para cruzar as propostas e formar uma única proposta padronizada. O Senhor Deputado Gelson Sorgato diz que o papel das três Comissões Estaduais é fundamental no encaminhamento das propostas de negociação. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião a qual eu Osmar Alcides da Conceição lavrei a presente ATA que após lida será assinada por todos os presentes.

Deputado Gelson Sorgato - Presidente

Deputado Neodi Saretta - Vice-Presidente

Deputado Jaime Mantelli - Membro

Deputado Moacir Sopelsa - Membro

Deputado Onofre Agostini - Membro

Deputado Nelson Goetten de Lima - Membro

Deputado Milton Sander - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 14ª LEGISLATURA.**

Ao vigésimo quarto dia do mês de março, do ano de um mil e novecentos e noventa e nove, às 11 horas, sob a Presidência do senhor Deputado João Rosa, e presentes mais os senhores Deputados: Ivo Konell, Sandro Tarzan, Paulo Bornhausen, Ronaldo Benedet, Joares Ponticelli, Valmir Comin, e Wilson Wan-Dall, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos. Aberto os trabalhos, o senhor Presidente colocou em apreciação o **PL/006.9/99**, de origem Governamental, que "Autoriza e Poder Executivo a renovar prazo de contrato de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sendo relator, o senhor Deputado Valmir Comin, apresentando parecer favorável. Ato contínuo, o senhor Presidente salientou que a matéria tramita em regime de urgência,

motivo pelo qual, tornou-se necessário a reunião conjunta. Após breve comentário, o Projeto foi **aprovado por unanimidade**, onde as Comissões acima citadas, convalidaram parecer. Continuando, apenas no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, o senhor Presidente colocou em apreciação o **OF/003.7/99**, de procedência da Secretaria da Fazenda, que "Encaminha o quadro de detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 1.999", sendo relator, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que sugeriu, em seu parecer, devolução da matéria, para que se cumpra o que determina o Artigo 40 da Lei de Diretrizes e Bases - LDO - 1999. Posto em votação, foi **aprovado por unanimidade**, o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, onde, para constar, eu, Secretário, lavrei a presente ata, que após lida e considerada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 24 de março de 1999.

DEPUTADO JOÃO ROSA - Presidente  
 DEPUTADO IVO KONELL - Vice-Presidente  
 DEPUTADO SANDRO TARZAN - Membro  
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Membro  
 DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Membro  
 DEPUTADO VALMIR COMIN - Membro  
 DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Membro  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Membro  
 DEPUTADO RONALDO BENEDET - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do trigésimo dia do mês de março, do ano de um mil e novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado João de Oliveira Rosa, e presentes mais os senhores Deputados: Ivo Konell, Sandro Tarzan, Paulo Bornhausen, Ronaldo Benedit, Joares Ponticelli e Valmir Comin, reuniu-se a Comissão acima epigrafada. Aberto os trabalhos, o senhor Presidente procedeu a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. A seguir, colocou em apreciação o **OF/001.1/99**, de procedência da Procuradoria Geral do Estado, que "Autoriza o Poder Executivo a receber mediante dação em pagamento de débitos tributários de responsabilidade das empresas CECRISA, INCOCESA, CESACA, Cecrisa Revestimentos Cerâmicos e FRITA SUL S/A, imóveis de propriedade das mesmas". Sendo colocado em discussão e votação, foi **aprovado por unanimidade**, o parecer do relator. Dando continuidade, o senhor Presidente colocou em apreciação o **OF/002.4/99**, de procedência da Procuradoria Geral do Estado, que " Autoriza o Poder Executivo, em Ato representado pelo Procurador Geral do Estado a receber mediante dação em pagamento de débitos tributários de responsabilidade das Empresas Maximiliano Gaidzinski S/A e Transportes Cocal S/A, imóveis de propriedade das mesmas". Sendo colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer do relator. A seguir, iniciou a apreciação do **PC/0022.4/98**, de origem Parlamentar, que "Altera a Lei Complementar nº 129, de 07 de novembro de 1994 ( dispõe sobre a pensão previdenciária por morte de agente público estadual, prevista no Art. 159 da Constituição do Estado, e estabelece providências correlatas). Sendo colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer do relator, pela diligência da matéria. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, onde, para constar eu, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e considerada correta, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1999.

DEPUTADO JOÃO ROSA - Presidente  
 DEPUTADO IVO KONELL - Vice-Presidente  
 DEPUTADO SANDRO TARZAN - Membro  
 DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Membro  
 DEPUTADO RONALDO BENEDET - Membro  
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Membro  
 DEPUTADO VALMIR COMIN - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do sexto dia do mês de abril, do ano de um mil e novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado João de Oliveira Rosa e presentes mais os senhores Deputados: Ivo Konell, Sandro Tarzan, Ronaldo Benedit, Joares Ponticelli e Wilson Wan-Dall, reuniu-se a Comissão em epigrafe. Aberto os trabalhos, o senhor Presidente procedeu a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Continuando, leu expediente encaminhado pelo Gabinete do senhor Deputado Valmir Comin, justificando a ausência do ilustre parlamentar, haja visto o compromisso assumido com a presidência da Celesc, no mesmo dia e horário. A seguir, iniciou a apreciação do **PL/0022.5/99**, de origem Governamental, que "Autoriza a aquisição de imóvel no

município de Blumenau, (instalação atual 10º Batalhão da Polícia Militar)", de relatoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, com parecer favorável, sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo, iniciou a apreciação do **PL/0004.3/99**, que "Altera o artigo 11, da Lei nº 10.058, de 29 de dezembro de 1995 (taxas estaduais)", de relatoria do senhor Deputado Ivo Konell, que posto em discussão e votação, foi concedido **vistas** ao senhor Deputado Wilson Wan-Dall. A seguir, iniciou a apreciação do **PL/0008.4/99**, que "Autoriza a aquisição de imóvel no município de Ponte Alta do Norte", de relatoria do senhor Deputado Sandro Tarzan, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, onde, para constar, eu, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e considerada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 06 abril de 1999.

DEPUTADO JOÃO ROSA - Presidente  
 DEPUTADO IVO KONELL - Vice-Presidente  
 DEPUTADO SANDRO TARZAN - Membro  
 DEPUTADO RONALDO BENEDET - Membro  
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Membro  
 DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dezessete horas do dia dezessete de março de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se à Comissão acima epigrafada na Sala de Reuniões das Comissões, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Presentes os Senhores Deputados Joares Ponticelli, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Paulo Bornhausen, Manoel Mota, Milton Sander e João Itamar da Silveira. O Deputado Cesar Souza justificou sua ausência ao senhor Presidente por que teria que participar de uma entrevista pela imprensa. Havendo quorum regimental o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, que cuja pauta foi o requerimento nº 064/99, da Deputada Ideli Salvatti. A qual convida as seguintes autoridades e entidades: Senhor Antônio Carlos Vieira, Secretário da Fazenda; Senhor Raimundo Zumblick, Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Representante Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina; Representante Discente da Universidade do Estado de Santa Catarina e Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina, para participarem da Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O requerimento nº 064/99, no seu texto diz o seguinte "Visando o esclarecimento à sociedade Catarinense e a busca de possíveis soluções, a cerca da grave crise que passa a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em decorrência da redução do repasse da verba mensal destinada pelo Governo do Estado, conforme determina a Constituição Estadual e das recentes medidas do Conselho Universitário - Consuni/UDESC, que propõe entre outras medidas: Aumento da carga horária dos Professores em sala de aula, reduzindo-se o número de horas de atividades pedagógicas; Redução do número de Professores colaboradores; Suspensão dos Programas de Apoio à Pesquisa e Extensão; Obriga o aumento do número de alunos em aulas de laboratório: Cria taxas para os estudantes; Suspende o pagamento das Bolsas de trabalho, Monitoria, Pesquisa e Extensão; Inviabilizando Projetos de Pesquisas e Extensão, que não sejam autofinanciáveis. Considerando que tais medidas põe em risco o Ensino Público, Gratuito e de Qualidade, da única Universidade Pública Estadual de Santa Catarina, conquista da sociedade Catarinense, a Deputada que abaixo subscreve, com amparo no art. 287, do Regimento Interno, REQUER, ouvindo o Plenário, a realização de Audiência na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, desta Casa. Para tratar das questões acima reportadas, em data local e hora a ser agendada pela respectiva Comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao Reitor Raimundo Zumblick, eu quero adiantar que nossa proposta de trabalho é claro, vamos construir esta proposta juntos, ainda não tenho e não vou apresentar uma pauta definida, porque penso que temos que construir esta pauta mais entendendo que a educação catarinense carece de uma ampla discussão, e quero colocar como uma proposta de trabalho, a situação do Ensino Profissionalizante no Estado de Santa Catarina. Eu entendo que o Ensino Profissionalizante carece de uma definição, de uma política e sei que a Secretaria de Educação tem esta preocupação e quem sabe podemos nos antecipar e iniciar esta discussão para que se possa definir, pois desde que tivemos a extinção da FESC, Fundação Educacional de Santa Catarina, as unidades que pertenciam aquela instituição foram colocadas na estrutura comum da Secretaria de Educação, Nós precisamos promover esta discussão para que se estabeleça um Plano de Cargos e Salários para as Escolas



Profissionalizantes ou vamos incluir no magistério. Então, esse é um dos temas que penso que temos que debater amplamente, e queremos ainda transformar, convidar e realizar audiências públicas, convidando a Secretaria de Educação, Conselho Estadual, rediscutir a questão do calendário. Nós tivemos neste ano, no meu entendimento a interrupção equivocada da temporada de Santa Catarina o ano letivo foi reiniciado e já estava previsto na primeira semana de fevereiro, no auge da temporada, Temos a LDB que estabelece os 200 dias, mais é preciso discutir isso, precisamos promover um amplo debate, ver o que está acontecendo em outros Estados, ver de que forma poderemos diminuir esse problema, de ter que encurtar essa temporada, precisamos evitar isso nesse próximo ano Nossa proposta é exatamente promover esse debate permanente nesta Comissão, não transformar apenas numa Comissão técnica, mais um fórum de discussão de política habitacionais. O Senhor Presidente, Deputado Joares Ponticelli, interrompeu a reunião e pediu ao Deputado João da Bega ler a Ata da reunião anterior, Ata de Instalação. Após a leitura da Ata, o Senhor Presidente colocou em discussão. Não havendo discussão foi colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente dando seqüência a ordem dos trabalhos no dia de hoje, eu quero em primeiro lugar desculpar publicamente com os Deputados por não ter anunciado previamente à presença do nosso Magnífico Reitor da UDESC, o Professor Raimundo Zumblick, é que nós ontem em conversa com a nossa Vice-Presidente, Deputada Ideli Salvatti, que apresentou um requerimento na sessão do dia 10 de março, que foi aprovado, convocando uma audiência pública, da nossa Comissão em função de algumas medidas adotadas pelo Conselho Universitário da UDESC, e em conversa com o nosso Reitor no dia de hoje, na parte da manhã, ele se colocou à disposição para vir aqui na nossa reunião no dia de hoje, para prestar esclarecimentos iniciais para os Deputados integrantes desta Comissão, da real situação da UDESC prestada pelo Senhor Reitor. A Deputada Ideli Salvatti pediu um aparte, dizendo que gostaria de cumprimentar o Senhor Magnífico Reitor Raimundo Zumblick e os Senhores Deputados. Senhor Presidente, nós precisamos ter um entendimento do que nós vamos fazer hoje, porque o nosso requerimento é para uma realização de uma audiência pública, a onde nós gostaríamos de contar com a presença do Magnífico Reitor, mas também do Secretário da Fazenda, até porque envolve repasses financeiros e o Reitor sabe muito bem o que estamos falando, pois nós aqui do Poder Legislativo e do Poder Judiciário estamos amargando durante o ano de 1998 e o início de 1999. Temos um acordo de três meses de repasse, mais me parece que isto não está acertado com a UDESC e obviamente o assunto tem provocado inúmeras manifestações de estudantes, professores, inclusive manifestações públicas. O seguimento docente e discente está altamente interessado em participar da audiência, então nós precisaríamos ter um entendimento do que nós vamos fazer hoje fundamental é nós realizar o mais rápido possível a audiência pública. Deputado Joares Ponticelli, na verdade Deputada a nossa proposta é de oportunizarmos um conhecimento inicial dos membros desta Comissão, por isso a disposição partiu do próprio Reitor e então a partir desta conversa nós teremos condições de deliberar então sobre o encaminhamento futuro. Para não perdermos muito tempo passo a palavra ao nosso Reitor. Senhores Deputados, quero colocar aqui certas medidas tomadas dentro da Universidade e não foram medidas tomadas pelo Reitor e sim pelo Conselho Universitário que é o órgão máximo da Universidade. Este Conselho Universitário fez um encaminhamento de uma proposta de uma Resolução da Reitoria, o Conselho baixou uma Resolução chamada de Resolução nº 31. Na verdade a UDESC sendo um órgão Público, ela tem vivenciado toda dificuldade, sendo ele a nível de Estado ou a nível Nacional. Eu tenho dito que foi fácil administrar os órgãos públicos no passado, principalmente as Universidades, pois se a Universidade entrava em crise e o Município, o Estado ou a Federação não estava em crise você tinha a solução imediata para resolver o seu problema. Devo ressaltar também que o número de servidor quando assumimos a Universidade em 1994, nós tínhamos 1.020 servidores. Criamos os cursos de fisioterapia, engenharia moveleira, física e modas. Hoje temos 930 servidores na Universidade, principalmente os servidores administrativos. Com o crescimento que tivemos na UDESC de cinquenta mil metros quadrados de área física para abrigar esses cursos, aí vão os servidores, o pessoal de manutenção. Nós diminuimos o número de servidores, mas até o ano de 1995 nunca ultrapassamos a folha de pagamento de 65%. Claro que de 1995 para cá, num entendimento que houve no Governo, um entendimento que até mesmo com pareceres da Procuradoria do Estado, houve entendimento que o Imposto de Renda não estaria mais dentro como receita líquida, entendimento este também do Governo atual. Depois da Lei Kandir, que também atingiu a receita, nós perdemos também essa receita. No final do Governo passado houve por parte do Governo Federal 15% da educação, onde a Deputada menciona no seu artigo no Jornal O Estado e a UDESC perdeu mais uma parte da receita, e aí sim entrou no exercício agora um acordo de 90 dias onde foram retirados ou bloquea-

dos da Universidade mais 13%. Eu só queria deixar bem claro aos Deputados que desde o exercício de 1995 a Universidade vem enfrentando uma dificuldade financeira violenta, até mesmo porque, nós tínhamos 189 inativos e hoje estamos com 229 inativos e não estamos contratando professores para isso, tivemos que tomar algumas medidas de caráter emergencial para que nós não sofrêssemos aquilo que eu digo com muito orgulho, que nós nunca atrasamos um dia a folha de pagamento da Universidade e conseguimos neste tempo todo de 1994 até o dia de hoje pagar a folha em dia, mais um terço de férias e décimo terceiro. Se isso não é tudo é obrigação Deputada, eu digo que foi uma luta constante de nós buscarmos realmente mecanismo para resolver nossos problemas. Estamos em parceria, o Prefeito de São José construiu o prédio do curso de modas, Sexta-feira o Prefeito de São Bento do Sul honrou mais um compromisso de mais duas salas de aula na Universidade e nós temos buscado alternativas para dar solução a Universidade. É claro que esta crise que se instalou nós sabemos o mecanismos, era não mexer no bolso de nenhum servidor dentro da Universidade. E quando você pega o repasse do Estado, em janeiro recebemos um repasse de dois milhões e trezentos mil reais e a folha bruta de dois milhões trezentos e treze mil reais e ainda tínhamos as previsões do décimo terceiro salário e um terço de férias, que vão em torno de duzentos e vinte mil reais. A UDESC, ou você tomava um posicionamento para não deixar atrasar as folhas de pagamento, porque já tínhamos atrasado, encargos de fornecedores ou até mesmo órgãos do Governo Ou tornávamos essas medidas ou entramos num caos que não conseguiríamos mais administrar a dívida que teríamos na Universidade. O que fizemos! Nós só tínhamos dois aspectos que poderíamos mexer para economizar, um seria os professores colaboradores, chamados no Estado de ACT e outro nós temos um programa de bolsa de trabalho para o aluno carente, bolsa pesquisa para aluno que querem trabalhar, colaborar na pesquisa e bolsa extensão ao aluno O trabalho de bolsa envolvia a importância de oitenta mil reais na Universidade, os professores colaboradores envolviam cento e cinquenta mil reais. Fechando isso nós sugerimos duzentos e poucos mil para simplesmente ficarmos trabalhando com a folha de pagamento e previsões. Nós fizemos uma proposta ao Conselho Universitário de eliminar todos os professores colaboradores e todos os bolsistas, a Reitoria fez esta proposta e o Conselho Universitário achou inviável esta proposta de todos os professores colaboradores, porque matematicamente era permitido, mais entenderam que sobrecarregaria todos os professores da UDESC e com isso acatavam a decisão de reduzir os professores colaboradores em 50%. E para suprir a falta de professores colaboradores nós determinamos que todos professores da Universidade tivesse 37,8% de ensino, isto quer dizer que ele tem que permanecer 12,00 horas semanais em sala de aula, representa o professor ir duas vezes por semana na UDESC e dar 6,00 horas de trabalho e não aparecer mais na Universidade, é claro nós temos a pesquisa, nós temos a extensão. O que é que fizemos efetivamente! Estabelecemos que o professor tivesse 15 horas/aula por aula, tivesse 3 horas/aula por aula semanais a mais na Universidade ele perceberia 15% de produtividade e aquele que não desse as 15 horas não perderia o salário, mais perderia a produtividade. Deputado Joares Ponticelli, eu agradeço a explanação do nosso Reitor e abrimos a palavra a Deputada Ideli. Deputada Ideli Salvatti, eu gostaria de solicitar ao Reitor, se o Senhor trouxe alguma quantificação, os problemas econômicos da UDESC, de pagamento e quanto estas medidas vão trazer de economia. Reitor Raimundo Zumblick, a nossa previsão que seria de 10%, mais como a folha de pagamento só fecha no final do mês, eu não tenho isso muito claro que a medida não foi só na folha de pagamento, eu só vou ter estes dados coretos no final do mês, a nossa previsão no cálculo inicial é de 10%, como a folha está em torno de dois milhões e quinhentos mil reais, seria em torno de duzentos e cinquenta mil reais para a Universidade voltar a crescer. Deputada Ideli Salvatti, qual foi a média mensal de repasse para a UDESC no ano passado. Reitor, foi de dois milhões e setecentos mil reais e este ano nós recebemos dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais, que seria o repasse do acordo mais os encargos e imposto de renda pago diretamente que daria mais ou menos dois milhões e quinhentos mil reais. Deputada Ideli Salvatti, abaixo da média do ano de 1998. Reitor, Sim Deputada, reduziram 13%. Se eu considerar a previsão de um terço de férias e o décimo terceiro salário que não estão embutido no acordo e estou recebendo mais que recebia no ano passado. Nesta reunião também ficou acertado uma audiência pública no mês de abril, data que ficará acertada com o Reitor Raimundo Zumblick. Deputado Joares Ponticelli, eu quero agradecer a presença de todos os Senhores Deputados e do Magnífico Reitor Raimundo Zumblick e

colocar esta Comissão a sua disposição quantas vezes for necessário e convocar uma próxima reunião para Quarta feira, após a Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Do que para constar, eu, Lauri Silva do Herval, Secretário, em exercício, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, 17 de março de 1999.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente  
Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente  
Deputado Paulo Bornhausen - Membro  
Deputado Milton Sander - Membro  
Deputado João Itamar da Silveira - Membro  
Deputado Manoel Mota - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia trinta do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a **Presidência do Senhor Deputado Onofre Agostini** e presentes mais os Senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e Francisco de Assis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O **Senhor Presidente** relatou o Projeto de Lei nº 034.4/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Ofícios nº 01 Volumes I e II, e 02/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Senhor Deputado Jaime Mantelli** relatou o Ofício nº 010.2/99, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 036.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 002.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Emenda Constitucional nº 001/99, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Ivan Ranzolin. O **Senhor Deputado Herneus de Nadal** relatou os Projetos de Lei nºs 381.0/98, 004.3, 020.0 e 28/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Senhor Deputado Nilson Gonçalves** relatou o Projeto de Lei nº 031.6/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 241.9/98 e 026.6/99, exarando pareceres favoráveis ao sobrestamento, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Senhor Deputado Francisco de Assis** relatou o Ofício nº 008.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 033.1/99, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Senhor Deputado Rogério Mendonça** relatou o Projeto de Lei nº 032.9/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Francisco de Assis. A seguir, o Senhor Presidente anunciou a presença dos Senhores Deputados Alexandre Postal - Presidente do PMDB e Manoel dos Santos - do PTB do Estado do Rio Grande do Sul em companhia do Senhor Deputado Adelor Francisco Vieira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Souza, Secretário "ad doc" lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 30 de março de 1999

Deputado Onofre Agostini - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente  
Deputado Francisco de Assis - Membro  
Deputado Ivan Ranzolin - Membro  
Deputado Jaime Mantelli - Membro  
Deputado Jorginho Mello - Membro  
Deputado Rogério Mendonça - Membro  
Deputado Nilson Gonçalves - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia seis do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a **Presidência do senhor Deputado ONOFRE S. AGOSTINI** e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e, em substituição ao senhor Deputado Francisco de Assis, a senhora Deputada Ideli Salvatti, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente disponibilizou

para nova votação a Proposta de Emenda Constitucional n. 001.7/99, de parecer exarado pelo senhor Deputado Jaime Mantelli, pela inadmissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com o voto favorável com restrições do senhor Deputado Nilson Gonçalves. O senhor **Deputado Rogério Mendonça** relatou o Projeto de Lei n. 032.9/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei n. 017.5/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Nilson Gonçalves. O senhor **Deputado Herneus de Nadal** relatou o Projeto de Lei n. 041.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n. 028/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor **Deputado Ivan Ranzolin** relatou o Projeto de Lei n. 029/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A senhora **Deputada Ideli Salvatti** relatou o Projeto de Lei n.018.8/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Rogério Mendonça. O senhor **Deputado Nilson Gonçalves** relatou a Proposta de Emenda Constitucional n. 04.5/99, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Herneus de Nadal. A seguir o senhor **Presidente** colocou em votação o requerimento do senhor Deputado Pedro Uczai, solicitando audiência pública, para debater as Propostas de Emenda Constitucional nºs 02 e 03/99, com várias representações de ensino no Estado, logo após, o senhor **Deputado Paulo Bornhausen** requereu de igual forma acrescentando alguns Diretórios e Presidentes dos Centros Acadêmicos e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, solicitação feita pela Deputada Ideli Salvatti. Ato contínuo, foi aprovado por unanimidade à audiência pública, para o dia 13, às 9 horas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 06 de abril de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente da CCJRL  
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente  
Deputado Herneus de Nadal - Membro  
Deputado Ivan Ranzolin - Membro  
Deputado Jorginho Mello - Membro  
Deputado Nilson Gonçalves - Membro  
Deputado Rogério Mendonça - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

### DESPACHO

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

DESPACHO Nº 008/99

*Ilustríssimo senhor Coordenador das Comissões, venho pelo presente comunicar a V. Sa., que a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, do dia 13 deste mês, às 9 horas, será realizada no Plenarinho desta Casa, em virtude da audiência Pública, já marcada, com autoridades representativas do ensino fundamental deste Estado, referente às Propostas de Emenda Constitucional n. 02 e 03/99.*

*Cientificamos a V. Sa. que determine a publicação deste no Diário da Assembléia.*

*Sem mais para o momento, despeço-me atenciosamente.*

Sala da Comissão, em 12 de abril de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini

- Presidente da CCJRL -

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO

#### EXTRATO Nº 028/99

REFERENTE: Contrato CL Nº 05/99.

CONTRATADA: Interconnection Informática Ltda.

ORIGEM: Autorização Para Compras e Serviços de Pequeno Valor nº 0027/99.

OBJETO: Prestação Serviços exclusivos de assistência técnica de manutenção de programa de computador denominado MICRONETIC STANDARD MUMPS - MSM.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.398,50 (dois mil, trezentos e noventa e oito reais, e cinquenta centavos).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3132.00.22

PRAZO: 09 (nove) meses, de 31/03/99 a 31/12/99.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Paulo Roberto Bastos Barata - Interconnection

Florianópolis, 31 de março de 1999

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

## PORTARIA Nº 246/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **CÉLIA MARIA E SILVA**, matrícula nº 0645, na Comissão de Finanças e Tributação.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 247/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **REINALDO JORGE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1542, no Gabinete do Deputado Clesio Salvaro.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 248/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **MARTHA F. GONZAGA CURIAL**, matrícula nº 1409, no Gabinete do Deputado João Rosa.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 249/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 3309, no Gabinete do Deputado Narcizo Parisotto.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 250/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **RODINEI MARIA KUCHLER**, matrícula nº 3313, no Gabinete do Deputado Luiz Herbst.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 251/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, na Divisão de Recursos Humanos.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 252/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **NEIDE ADALGILZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1113, no Gabinete do Deputado Jaime Duarte.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 253/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, no Gabinete do Deputado Jaime Duarte.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 254/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **WALTER SANTOS FILHO**, funcionário à disposição nesta Casa, no Gabinete do Deputado Sandro Tarzan.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 255/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:  
LOTAR **ZULMAR HERMÓGENES SAIBRO**, matrícula nº 1257, no Gabinete do Deputado Heitor Sché.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 256/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **VALDA NEUSA ALBANI**, matrícula nº 1897, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 10/03/99.

**PORTARIA Nº 257/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ PAULO REBELO**, matrícula nº 1161, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 17/03/99.

**PORTARIA Nº 258/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **IARA MARIA ZIPPERER**, matrícula nº 1986, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/03/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 259/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **HUDSON MENDES CARDOSO**, matrícula nº 1012, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 29/03/99.

**PORTARIA Nº 260/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **SAMIR MEDEIROS FERNANDES**, matrícula nº 1486, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-5-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 02/04/99.

**PORTARIA Nº 261/99** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 08 (oito) dias, a partir de 03/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 262/99**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR SAULO GANDOLFI, matrícula nº 0850, no Gabinete do Deputado Pedro Uczai.  
Palácio Barriga-Verde, em 12/04/99  
NAZARILDO TANCREDO KNABBEN  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**REQUERIMENTOS**

**LIDERANÇA DA BANCADA DO PMDB  
REQUERIMENTO Nº 003/99**

(Requerimento nº 121-99)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COLETA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Os subscritores, à luz do fixado nos Arts. 27, 28 e 29 do Pergaminho Regimental, requerem a constituição de COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, composta de cinco membros, para, no prazo de noventa dias, ACOMPANHAR A GESTÃO GOVERNAMENTAL ACERCA DO BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. (BESC).

Os veículos da mídia enfocam as desencontradas manifestações dos hierarcas do Governo do Estado de Santa Catarina acerca de tal Empresa. No entanto, cumpre exaltar que, nos termos do Art. 13 do Estatuto Barriga-Verde, a Assembléia Legislativa exerce sobrelevante concurso na Administração Indireta, onde se enquadra as sociedades de economia mista. Destarte, urge um Órgão operacional para manter esta Casa a par das medidas e ações envolvendo o BESC, cujo papel social é insubstituível.

Fazem-se presentes os pressupostos regimentais para sua constituição, mormente a existência de manifestações explícitas do designio de privatização, acobertado por suposta crise na Empresa, promovida por autoridades investidas de cometimento de zelar pela credibilidade empresarial do BESC.

Uma vez que, a teor do 33 do Estatuto Barriga-Verde, os legisladores representam a cidadania, cumpre-lhes rejeitar qualquer ação que vise alijá-los das decisões relativas à Administração Pública. Posto que não se professe o magistério da lavra de José Geraldo Brito Filomeno, dado a lume no seu "*Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política*", em cõsono com o qual "*Governo nada mais é do que o conjunto dos órgãos do Estado que colocam em prática as deliberações dos órgãos legislativos*", não se concebe uma Legislatura "encurralada" e inativa. Pelo inverso, os instrumentos e prerrogativas constitucionais e regimentais vigoram justamente para ensejar a interferência parlamentar na realidade.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Florianópolis (SC), em 24 de março de 1999.

Deputado HERNEUS DE NADAL

Líder da Bancada do PMDB

Aprovado em Sessão de 08/04/99

\*\*\* X X X \*\*\*

**GABINETE DO DEPUTADO ROMILDO TITON**

**REQUERIMENTO Nº 004/99**

(Requerimento nº 134-99)

O Deputado que este subscreve, com amparo no regimento interno, requer, após deliberação do Plenário, seja constituída uma Comissão Parlamentar Externa para Assuntos da BR 282, especificamente no trecho Lages, São José do Cerrito, Vargem a BR 470.

**JUSTIFICATIVA**

A conclusão desta obra tem significativa importância no desenvolvimento da Região e Estado de Santa Catarina e acredito que o Parlamento Catarinense deve dar sua participação, acompanhando e lutando pela aplicação de recursos para conclusão da mesma.

Diante do exposto solicito a aprovação do requerimento.

Sala das Sessões,

Deputado ROMILDO TITON

Aprovado em Sessão de 08/04/99

\*\*\* X X X \*\*\*

**TERMO DE CONVÊNIO****TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/99**

*Termo de Convênio que entre si celebram o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ambos do Estado de Santa Catarina, visando a cedência recíproca de servidores*

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu 1º Secretário, Deputado Lício Mauro da Silveira, e o Poder Executivo, neste ato representado pelo Secretário da Casa Civil, Exmo. Sr. Celestino Roque Secco, têm justo e acordado o presente Convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente Convênio tem por escopo a cedência recíproca de servidores entre ambos os Poderes (Legislativo/Executivo), com a finalidade de suprir possíveis deficiências técnico-profissionais em seus respectivos quadros funcionais.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As cedências dar-se-ão, necessariamente, com prazo determinado de, no máximo, 02 (dois) anos, sendo facultada a sua renovação, à critério e interesse das partes, mediante manifestação devidamente formalizada ao Órgão cedente.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As cedências dar-se-ão com ônus para os Órgãos cedentes, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens atribuídos aos servidores cedidos.

**CLÁUSULA QUARTA**

Obrigam-se as partes a encaminharem aos respectivos Órgãos de origem, até o quinto dia útil de cada mês, o mapa de frequência dos servidores cedidos, relativo ao mês anterior, sob pena de, se não o fizerem, provocarem a sustação do pagamento dos respectivos vencimentos.

**CLÁUSULA QUINTA**

O procedimento para a solicitação da cedência de servidores dar-se-á através de expediente formalizado à parte cedente, no qual deverá conter a identificação, qualificação e Órgão de origem do servidor requerido, bem como a devida motivação para a sua disposição.

**CLÁUSULA SEXTA**

Obrigam-se as partes a elaborarem de imediato, em caso de deferimento da cedência de servidor, o respectivo ato administrativo, dando-lhe a devida publicidade prevista em lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

É facultado às partes, de conformidade com seus respectivos interesses e conveniências, a denúncia deste Convênio, a qualquer tempo, concedendo-se aos servidores cedidos, neste caso, o prazo de 10 (dez) dias para reapresentarem-se aos seus respectivos Órgãos de origem, sem quaisquer prejuízos de ordem financeira e/ou funcional.

**CLÁUSULA OITAVA**

O presente Convênio vigorará de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2001, podendo ser renovado.

**CLÁUSULA NONA**

Os responsáveis pelo cumprimento do presente Convênio são, por parte da Assembléia Legislativa o 1º Secretário, e por parte do Poder Executivo o Secretário da Casa Civil.

E, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Instrumento de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis, em 23/02/99.

Lício Mauro da Silveira

1º Secretário da ALESC

Celestino Roque Secco

Secretário da Casa Civil

Testemunhas:

Zany Leite

Ricardo Bulcão Vianna

(Republicado por incorreção)

\*\*\* X X X \*\*\*